

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

Geison Siqueira Tavares da Cruz

A QUESTÃO CHRISTIE E A ANGLOFOBIA NA IMPRENSA FLUMINENSE

NOVA IGUAÇU

2014

GEISON SIQUEIRA TAVARES DA CRUZ

A QUESTÃO CHRISTIE E A ANGLOFOBIA NA IMPRENSA FLUMINENSE

Monografia apresentada ao curso de História como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Marcello Basile

NOVA IGUAÇU

2014

A QUESTÃO CHRISTIE E A ANGLOFOBIA NA IMPRENSA FLUMINENSE

Geison Siqueira Tavares da Cruz

BANCA EXAMINADORA

.....

Professor: MARCELLO BASILE

Orientador

.....

Professora: SILVIA CARLA PEREIRA DE BRITO FONSECA

(UNIRIO)

.....

Professora: MÔNICA MARTINS

RESUMO

Essa monografia tem como proposta o exame da imprensa fluminense durante o conflito anglo brasileiro conhecido como Questão Christie. Tendo como o enfoque os embates diplomáticos com a maior potência econômica e militar do mundo, o presente trabalho procura investigar elementos na condução dos jornais sobre o conflito que ajudam a entender as relações internacionais brasileiros no período e a busca pela consolidação de uma identidade nacional.

Palavras chaves: Questão Christie, Imprensa, relações diplomáticas, Identidade nacional

ABSTRACT

This paper has as its proposal to examine the Rio de Janeiro media during the anglo-brazilian conflict known as “the Christie question”. Having the diplomatic clashes with the greatest economic and military power in the world as focus, this work investigates the conduct of the newspapers about the conflict that help to understand the Brazilian diplomatic relations during this period and the search and the consolidation of a national identity.

Key word Christie Question, Press, Diplomatic relation, National identity

Sumário

Introdução.....	7
Capitulo 1- Antecedentes político-diplomáticos	15
1.1 Antecedentes diplomáticos.....	15
1.2 Panorama político interno.....	23
2.Conflitos diplomáticos(1861-1862).....	32
2.1 Naufrágio do Prince of Walles.....	32
2.2 Incidente do HMS Emerald.....	38
2.3 Prisão dos oficiais da fragata Forte.....	42
3.Conflitos diplomáticos (1863).....	46
3.1 Bloqueio do porto do Rio de Janeiro.....	46
3.2 Fim das relações diplomáticas.....	57
Conclusão.....	62
Referências.....	64

Introdução

A Questão Christie é tratada por diversos manuais de História, principalmente os que têm o período monárquico como objeto maior. O conflito é comumente citado nos livros que tratam sobre os conflitos diplomáticos e bélicos enfrentados pelo Brasil durante o Império. Entretanto, são raros os casos de pesquisa centrados no conflito em si, tendo como objeto elementos chaves para o entendimento da questão.

Não se pode ignorar antigas questões entre os dois países. ao se estudar a questão Christie. Baseando-se nas relações nos campos diplomáticos e comerciais, Alan Manchester procura explicar a proeminência inglesa nos negócios da antiga colônia portuguesa. Em seu texto, o autor afirma que a antiga dependência econômica do império português foi “herdada” pelo novo país independente, assim como certa hostilidade contra os súditos da rainha Vitória.¹

Manchester, percorrendo os vários tratados comerciais entre Inglaterra e Portugal procura explicar como o império luso tornou-se ainda mais dependente da Grã Bretanha nos primeiros anos do século XIX, tanto econômica quanto militarmente. A partir de 1822, o reconhecimento da Inglaterra e de Portugal da independência brasileira era primordial para a construção da soberania nacional. Os tratados pelo reconhecimento tiveram total apoio dos ingleses, que inclusive pressionaram o governo português, em busca da legitimação da proeminência econômica britânica na nova nação sul americana.²

Richard Graham em um dos seus artigos sobre a questão Christie afirma que a pressão pelos tratados comerciais e pelo fim do tráfico negreiro fizeram com que as relações entre os dois países se tornasse cada vez mais tensas, e que esses dois pontos são essenciais para se explicar o conflito anglo brasileiro em 1863.³ As interações entre os dois países nunca poderiam ser descritas como amigáveis, mas é inegável que a chegada de Christie tornou os conflitos mais recorrentes, assim como aumentaram

¹ MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973

² Idem

³ GRAHAM, Richard. *Os fundamentos da ruptura das relações diplomáticas entre Brasil e Grã Bretanha em 1863*. Revista da Usp.1973

críticas dos jornais fluminenses contra a Inglaterra e o diplomata britânico após o ocorrido.

Portanto, a figura do diplomata inglês e sua relação com a imprensa brasileira serão pontos de partida para entender como ações aparentemente corriqueiras, como o naufrágio do navio de Prince of Walles na costa do Rio Grande do Sul e a prisão de oficiais britânicos no Rio de Janeiro, puderam causar tamanha retaliação do representante Britânico.

A batalha contra a imprensa, visivelmente prejudicou a imagem de William Christie no país. As praças e as tavernas eram locais em que os jornais eram lidos em voz alta propagando ainda mais o alcance dos impressos. E são nesses espaços informais de debate, que a opinião pública, estudada e conceituado por Marco Morel, é formada.⁴ E, como o trabalho a seguir demonstrará, a opinião da sociedade da Corte sobre o inglês não era nem um pouco positiva.

O modo truculento de agir de Christie já havia sido noticiado pela imprensa fluminense anteriormente e sua estadia no país foi sempre envolvida em tensões. Como exemplo, pode-se destacar seu primeiro encontro com os jornais brasileiros. Em sua primeira reunião com o governo imperial, o diplomata inglês vestia-se de maneira pouco elegante perante a princesa Isabel. Tal deslize não foi perdoado pelo Jornal do Commercio que através de Mr. Clark (um dos editores do jornal) publicou uma crônica ironizando o ocorrido.⁵

Christie não digeriu bem tal situação, e mostrando o gênio que o faria ser pouco apreciado no Brasil, escreveu uma carta para o conselheiro Sinimbu, ministro do estrangeiro, exigindo a retratação do Jornal.⁶ Esse episódio, assim como outros da mesma espécie, será estudado a fim de entender como a péssima relação de Christie com os jornais brasileiros foi sendo construída.

O naufrágio do Prince of Walles foi o primeiro das duas verdadeiramente “grandes” questões envolvendo o governo brasileiro e o embaixador inglês. Em junho de 1861 a

⁴ A opinião pública, construída dos espaços públicos, funcionou como instrumento de legitimidade política. Na formação dessa opinião, diversos sujeitos transitaram por espaços em que se circunscreveram médicos, jornalistas, bacharéis de direito, dentre outros

⁵ MENDONÇA, Renato. Um Diplomata na Corte da Inglaterra. Brasília.Senado Federal, 2006. p 164

⁶Ibidem. p 165

barca afunda na costa gaúcha. A “raposa velha”, era dessa maneira que o diplomata brasileiro em Londres, Carvalho Moreira, chamava Christie, exigiu um agente britânico no inquérito e cobrou uma indenização do governo brasileiro. Christie denunciava o roubo de mercadorias além de possíveis assassinatos de ingleses, marinheiros da barca.

No fim de maio de 1862, outro confronto com o governo imperial. Três oficiais ingleses, entre eles um capelão, da fragata Forte foram presos na Tijuca após uma briga. O fato reacendeu os desejos combativos da “raposa”. Os oficiais passaram apenas uma noite presos, mas foi o bastante para que Christie desse seu ultimato, exigindo resposta até o dia 20 de Dezembro.⁷

Não se pode resumir os problemas entre Brasil e Inglaterra somente às ações desastrosas de Christie. Os problemas da coroa inglesa com o império brasileiro eram mais profundos, com especial destaque para o problema da escravidão⁸. Carvalho Moreira em uma carta enviada de Londres para o governo brasileiro, alertou sobre o desejo inglês de conseguir um novo tratado de comércio a qualquer custo.⁹

A ideia que a Inglaterra pressionava o Brasil através do seu maior poderio bélico e econômico já era encontrada em jornais brasileiros da época, que já criticavam as ações inglesas,¹⁰ mesmo antes dos problemas diplomáticos no começo da década de 1860. Apesar de não poder ser negada a importância da questão Christie para o rompimento, apenas esses episódios não seriam suficientes para o tamanho que as consequências adquiriram. Para o melhor estudo do tema, a imprensa da corte foi escolhida como principal fonte historiográfica.

A imprensa foi um importante campo de discussão política do Brasil no século XIX. Em um momento de construção de identidade nacional, um embate diplomático com a maior potência econômica e militar do mundo foi um elemento que ajudou na consolidação de um sentimento patriótico contra um inimigo externo comum. Como fonte foram escolhidos quatro impressos; *O Diario do Rio de Janeiro*, *o Correio*

⁷ Indenização por ele arbitrada para o roubo da carga no primeiro caso. Demissão do alferes que prendeu os oficiais, censura ao chefe de polícia e desculpas oficiais do governo brasileiro

⁸ CHRISTIE, William Dougal. Notes on Brazilian questions. London, Macmillan and Co. 1865

⁹ MENDONÇA, op. Cit., p 165

¹⁰ Ibidem. p 160

Mercantil, A Actualidade e O constitucional. Além deles, também foi utilizado a *Semana Ilustrada*, importante jornal do segundo reinado que contava com charges e textos cheios de humor e da mais fina ironia.

O *Diario do Rio de Janeiro* foi um dos primeiros jornais do país. Começou a circular no dia primeiro de junho de 1821, mais de um ano antes da independência e portanto ainda sobre o julgo da impressão regia, que controlava e censura todo o conteúdo do jornal.¹¹

Foi fundado pelo português Zeferino Vitor de Meireles, que anteriormente havia trabalhado como vice-administrador da Imprensa regia. Meireles morreu ainda em 1822 e foi substituído por Antonio Maria Jaurdan.

Os temas presentes no *Diario* eram variados e contavam com críticas teatrais, notícias sobre fugas e comércio de escravos, compra e venda de gêneros diversos, alugueis, achados e perdidos. Além disso, cobriam furtos, assassinatos e outros fatos do cotidiano da corte. No ano do seu lançamento, começou a publicar anúncios com os preços de artigos, e o acúmulo com o preço relativamente barato, lhe rendeu alguns apelidos como “Diário do Vintém” e “Diário da Manteiga”

O *Diario do Rio de Janeiro* e seus editores, pelo menos nos primeiros anos do jornal, procuravam não entrar em polêmicas políticas. Apesar de períodos mais atuantes, como no próprio caso Christie, o *Diario do Rio de Janeiro* chegou a ignorar as questões envolvendo o movimento de independência e tal omissão era mais regra do que exceção.

Entretanto não se pode caracterizar tal jornal como apolítico. Nomes importantes da política brasileira escreveram e até mesmo foram editores da folha. Foi o caso de Joaquim Saldanha Marinho, editor chefe do *Diario* em 1863, que foi um importante político liberal, presidente de província e deputado. Saldanha Marinho, que posteriormente a questão Christie foi um dos participantes e mentores do manifesto republicano.¹² A defesa da soberania nacional foi abertamente clamada pelo jornal na primeira semana de janeiro. Portanto, o *Diario* não era exatamente um jornal sem

¹¹BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro* (v. 6). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1900.

¹² Idem.

posicionamento político definido, apesar de ser certo que tais questões não eram os temas centrais do jornal.

O *Correio mercantil*, apesar do nome voltado para o comércio e economia que realmente cobria, se envolveu ativamente na vida política da corte. O jornal foi fundado em 1848 e suas vendas rivalizavam com o poderoso *jornal do Commercio*. Era claramente um jornal liberal e mesmo surgindo em meio ao “tempo saquarema” fazia, em geral, a defesa do partido liberal. Era uma continuação de jornais anteriormente publicados. Foi o *Pharol Constitucional*, lançado em 1842, que mudou o nome para Pharol no ano seguinte, transformou-se em *O Mercantil* em 1844.

Ainda em 1848, com um ministério liberal no poder, de Francisco de Paula Sousa e Melo tornou uma porta voz do governo e publicava os atos oficiais. Com a queda do ministério em setembro do mesmo ano e com a subida ao poder do Marques de Olinda, o *Correio* perdeu essa breve atribuição, mas não deixou a linha liberal de lado.

Foi com Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto e com seu genro Francisco Octaviano de Almeida Rosa considerado um dos diretores mais atuantes diretores de jornais¹³. Para Joaquim Nabuco, ele era detentor da "pena de ouro da imprensa". Francisco Octaviano tinha escrito no *Jornal do Commercio* o folhetim "A Semana" e foi em 1854 a convite do sogro para o *Correio*.

Francisco Octaviano tentou fazer na imprensa, o mesmo modelo conciliatório que Marques do Parana tentaria fazer na política, convidando para escrever, além de colaboradores liberais, algumas figuras conservadoras, como José Maria da Silva Paranhos, Carlos Emílio Adet e Nabuco de Araújo.¹⁴

A eleição de 1860 foi o momento que o *Correio Mercantil* mostrou toda sua força. Com Francisco Octaviano e com Saldanha Marinho, do *Diario do Rio de Janeiro* fazendo uma grande campanha pela imprensa contra os conservadores, o que contribuiu de maneira decisiva para a derrota destes.

¹³MELLO E SOUZA, Claudio. Impressões do Brasil. Brasília Brasil Editora, 1986,

¹⁴Outra importante figura que em 1849, por ocasião do esmagamento da revolução praieira em Pernambuco, usou as páginas do jornal *Correio Mercantil*, no qual ingressara como redator um ano antes, para publicar seu famoso "Libelo do Povo" no *Correio* foi Torres Homem. Apesar de ser mulato, um passado de críticas a casa de Bragança e sua trajetória como um político liberal e republicano tornou-se visconde de Inhomirim

Além dos jornalistas Teophilo Ottoni, foram eleitos deputados pelo Partido Liberal. O *Correio* teve ainda jornalistas como Tavares Bastos, que escreveu as "Cartas de um Solitário" em 1862. No fim de sua curta existência, já que foi publicado por apenas 20 anos, o *Correio* tornou-se ironicamente um porta voz do partido conservador. Com problemas financeiros, passou a ser controlado por Firmino Rodrigues Silva um jornalista publicamente conservador e teve como principais colaboradores, igualmente conservadores, Antonio Ferreira Vianna e Joaquim José de França Júnior.

O *Actualidade* foi fundado em 1858 e em seu primeiro número já destacava que se tratava de uma folha liberal. Dirigido por Lafayette Rodrigues Pereira, Flávio Farnese, Pedro Luís Pereira de Sousa e Bernardo Guimarães, o *Actualidade* era em geral mais virulento do que os jornais mais vendidos, como o *Jornal do Commercio* ou *Diário do Rio de Janeiro*. Segundo o poeta e jornalista Coelho Neto:

“Depois do “Actualidade” , jornal político, do programa adiantadamente liberal, redigido por Lafayette Rodrigues Pereira, Flávio Farnese, Pedro Luís Pereira de Sousa e Bernardo Guimarães, a imprensa, impulsionada pelas idéias, começou a progredir, não só na capital do Império como nas Províncias”¹⁵

O *Constitucional* foi um jornal conservador de curta duração. Redigido por Pedro de Calasans, foi publicado por apenas poucos anos, mas aparentemente teve certa relevância na política, ao se ter em conta a grande quantidade de vezes que o jornal era citado ou rebatido por jornais liberais rivais. Calasans era filho de um fazendeiro do Sergipe, João José de Bittencourt Calasans, e torna-se um poeta famoso em Pernambuco ainda bastante novo¹⁶.

Calasans, ao ir para a corte, funda o *Constitucional*, um jornal com clara inclinação conservadora . Em seu primeiro número¹⁷, o *Constitucional* prega que a nova folha iria “suprir uma lacuna de há um sentido na imprensa da corte”, que só via as questões “pelos olhos de liberalismo e arbitrada por uma imperiosa parcela política”.

O *Constitucional* defendia que em um país jovem como o Brasil, as tradições e hábitos ainda não eram devidamente “cimentadas” e que era “normal ser levado pelo entusiasmo das novidades”. A busca de estabilidade, tanto econômica quanto política,

¹⁵ROMERO, Silvio. *Compêndio de Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, 1992, pág. 169

¹⁶BLAKE, Augusto. *opcit*

¹⁷*Constitucional* de 1 de julho de 1862

era segundo Calasans, o papel do *Constitucional*. De forma quase ironica, a folha seguiu o destino da maioria dos jornais da Corte, ao interromper sua publicação menos de 3 anos depois de sua criação.

Os irmãos Fleiuss, Henrique e Carlos chegaram da Alemanha ao Brasil em 1858 e, dois anos após, inauguraram um instituto artístico em parceria com o pintor Carlos Linde. A partir de 1863, o empreendimento foi reconhecido pelo imperador e passou a se chamar Imperial Instituto Artístico. Uma das suas primeiras e mais importantes realizações foi a criação da revista *Semana Ilustrada*, em dezembro de 1860.

O jornal ilustrado foi de grande importância na criação de símbolos nacionais. Apesar do seu tom informal e muitas vezes carregado de ironia, a *Semana Ilustrada* fazia críticas sagazes através de suas charges carregadas de humor político.

O presente trabalho usará os jornais citados acima por entender que para o melhor entendimento da questão seria necessário o uso de impressos com grande popularidade, como é o caso do *Correio*, *Diario* e *Semana Ilustrada* e folhas com linhas políticas claras como o caso do liberal *Actualidade* e o conservador *Constitucional*.

A monografia será dividida em três capítulos. A primeira parte pretende ser um capítulo de contextualização do momento político, econômico e diplomático brasileiro no contexto da questão Christie. Será tratado o histórico das relações entre Brasil e Inglaterra, focando-se principalmente nas antigas discordâncias em relação ao tráfico negreiro e nos tratados comerciais.

O embate entre os partidos conservador e liberal, além do surgimento da Liga Progressista, também serão tratados nesse capítulo. O panorama político, principalmente por sua instabilidade na época em questão, é de bastante importância para se entender as ações do governo brasileiro em relação aos pedidos de Christie.

O segundo capítulo tratará mais especificamente dos dois casos que teriam começado a querela. Tendo como fonte alguns jornais fluminenses da época, o naufrágio do navio de Prince of Walles na costa do Rio Grande do Sul e a prisão de oficiais britânicos no Rio de Janeiro serão descritos. Mais que a tentativa de achar relatos imparciais, o trabalho buscará refletir sobre a importância dada pelas folhas impressas aos eventos.

Por fim, o último capítulo terá como maior tópico o bloqueio do porto do Rio de Janeiro por uma esquadra britânica liderada pelo Almirante Warren. A situação culminou em uma resposta ativa sem precedentes da população do Rio de Janeiro junto com um sentimento patriótico bastante importante para a consolidação da identidade nacional.

Capítulo 1 - Antecedentes político-diplomáticos

1.1 Antecedentes diplomáticos

As relações políticas e econômicas de Brasil e Inglaterra em meados do século XIX não eram de maneira alguma equilibradas. A força militar britânica, com sua poderosa esquadra era incomparável a qualquer outro país. O Brasil por sua vez, ainda possuía um poder bélico bastante reduzido, indo enfrentar sua primeira guerra de grandes proporções apenas alguns anos depois da questão Christie, a sangrenta e longa guerra do Paraguai.

A relação econômica era tão ou mais desigual. Os tratados comerciais celebrados por portugueses e ingleses desde a restauração de Portugal após a União Ibérica, serviram como porta de entrada de mais de dois séculos de uma balança comercial favorável a Inglaterra¹⁸, que refletiram diretamente na relação brasileira com o governo britânico.

Os primeiros anos do século XIX aumentaram a dependência portuguesa e por consequência a brasileira, ao capital inglês. As guerras napoleônicas trouxeram uma crescente bipolarização entre franceses e ingleses, situação que levava países mais fracos a serem obrigados a escolher um lado. Portugal, atrelado a uma histórica tutela e dependência para com a Inglaterra, via-se em uma situação quase sem saída, pressionado pela França napoleônica e, através desta, pela vizinha Espanha.

Recorrer à Inglaterra tornou-se quase inevitável, e a situação crítica de Portugal, com o exército francês próximo das fronteiras, tornou o país ainda menos capaz de resistir aos interesses britânicos. A vinda da Corte para o Brasil foi protegida por navios ingleses e também consolidou a hegemonia dos interesses comerciais britânicos no Brasil.

A Abertura dos Portos as Nações Amigas, em 1808, foi uma legitimação para a entrada dos produtos britânicos no Brasil, e deu-se nessa conjuntura de concessões, a partir da abertura dos portos, a Inglaterra encontraria um considerável mercado para seus produtos industrializados, cuja negociação estava prejudicada pelo Bloqueio Continental, feito por Napoleão para prejudicar o império britânico.

¹⁸ Um dos pontos culminantes desse processo deu-se com a assinatura do Tratado de Methuen, em 1703, através do qual Portugal ficava obrigada a aceitar os “panos de lã” e mais “fábricas de lanifício” da Inglaterra, ao passo que esta deveria abrir seus portos à produção vinícola portuguesa. O resultado foi extremamente favorável aos interesses ingleses.

O tratado de Aliança, Comércio e Navegação, também conhecido pelo nome do representante britânico que os negociou, Strangford exigia da Grã-Bretanha, sob o argumento de uma propalada reciprocidade, a atribuição de manter a proteção a dinastia reinante portuguesa, e em contrapartida recebia uma série de vantagens comerciais junto a Portugal e principalmente em relação ao Brasil.

O movimento de independência, ao invés de romper os antigos tratados e diminuir a influência inglesa, acabou sendo essencial para a manutenção da preeminência britânica no país. O processo de reconhecimento do Brasil como um país independente contou com uma grande participação inglesa. As potências da Santa Aliança, não pareciam dispostas a reconhecer a nova nação. Alexandre, Czar russo, chamava Dom Pedro de “rebelde e parricida”¹⁹ e apoiava as cortes portuguesas que não aceitavam a criação do novo país. Em dificuldades, o Brasil se viu obrigado a recorrer ao país que possuía a maior influência sobre Portugal. O governo inglês ficou em uma incomoda situação. A independência brasileira poderia causar um problema na hereditariedade do trono português, que poderia cair nas mãos de D.Miguel, com claras inclinações favoráveis a França. Entretanto, algumas questões, como o medo de perder a lucratividade do tratado de 1810 e a nova aproximação da França com Portugal, fez a Inglaterra apoiar a independência, procurando claro, defender os interesses econômicos da coroa britânica.

George Canning e Sir Charles Stuart²⁰ foram diretamente responsáveis pelo o acordo entre Brasil e Portugal, que dava ao primeiro o reconhecimento do segundo quanto a independência. Stuart, teve que contornar várias questões, como a afirmação de D.Pedro I como herdeiro do trono lusitano e a maneira que essa independência seria apresentada, como uma conquista brasileira ou uma generosa concessão portuguesa.²¹

Uma comissão mista, com a colaboração inglesa determinou o valor de uma indenização de dois milhões de libras esterlinas pela perda de propriedade pública da

¹⁹ MANCHESTER, Alan K. Preeminência inglesa no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973.p 170

²⁰ Canning (1770-1827) foi um ministro de exterior e depois primeiro ministro do império britânico.Ficou conhecido como um defensor das independências dos países americanos.

In Oxford Dictionary of NationalBiography, Oxford University Press, Sept 2004

Sir Charles Stuart(1779-1845) foi um membro do corpo diplomático britânico que intermediou as relações entre Brasil e Portugal após a independência do primeiro. Ganhou do império brasileiro o titulo de marques de Angra. Oxford Dictionary of National Biography, Oxford University Press, Sept 2004

²¹Ibid.,p 174

coroa portuguesa no Brasil. Na prática, houve uma transferência da dívida lusitana com os bancos ingleses, que passou a ser paga pela coroa brasileira. Com o acordo, tanto Portugal quanto a Inglaterra reconheceram a independência, seguidos por diversos países²².

Ainda na década de 1820, duas questões pautaram as relações entre Brasil e a Inglaterra. A busca da Inglaterra em assegurar novos contratos de comércio e o sempre discutido fim do tráfico negreiro. O comércio com o Brasil, todavia, aumentava em um ritmo incrível. Em 1825, as exportações para o país ainda eram ligeiramente menores que para as Índias Ocidentais britânicas, porém eram metade de tudo que vinha para a América (com a exceção dos Estados Unidos). O novo imperador brasileiro e seu governo conseguiram atrasar o novo tratado em dois anos, mas em 1827 foi concretizado.²³

O documento era bastante parecido com o acordo entre Portugal e Inglaterra feito 17 anos antes. Pregava-se paz e amizade entre os dois países, liberdade de consciência religiosa, inviolabilidade de domicílios, mutua liberdade de comércio e os mercadores teriam o privilégio de fazer pagamentos à alfândega da mesma maneira que os súditos brasileiros. A taxa de importação permaneceria muito baixa, apenas quinze por cento. A taxa de duração do tratado foi de quinze anos a contar da data de ratificação, porém continuaria em vigor mesmo após esse prazo, até que uma das partes do contrato notificasse seu termino. Em caso dessa notificação, o contrato ainda valeria por dois anos, antes de findo.²⁴

O sucesso comercial dos ingleses no Brasil, não se repetia na questão do tráfico negreiro. Segundo Manchester, era tão impossível para Dom Pedro acabar com o tráfico que ele foi abrigado, em novembro de 1822, a recusar a oferta direta da Inglaterra de reconhecimento da independência se o país abolisse o comércio de escravos com a África. Para Manchester foi a discordância sobre o tráfico negreiro que direcionou o declínio da preeminência inglesa no Brasil. Tal afirmação torna-se menos forte ao se notar que durante todo o século XIX a Inglaterra continuou sendo o maior parceiro

²² A Áustria reconheceu o novo estado em dezembro de 1825. No ano seguinte o estado foi reconhecido por França, Vaticano, Suécia, Holanda e Prússia. Os norte-americanos foram os primeiros a fazer esse reconhecimento, e eram publicamente favoráveis à independência de todas as colônias da América, reconhecendo o Brasil independente antes mesmo de Portugal.

²³ MANCHESTER, Alan. *Opcit*, p 60

²⁴ *Ibid.* p62

comercial brasileiro, mas é inegável que o problema acarretou uma grande tensão em vários momentos .

Os tratados sobre o tráfico eram vistos de maneiras distintas pelos dois países. Mr. Pennel, côsul inglês da Bahia afirma que o público de modo geral parecia “encarar os tratados com a Inglaterra, relativos ao tráfico de escravos, mais como ditames de uma autoridade superior, da qual é lícito fugir, do que tratados que são forçados a executar.”²⁵

O predomínio inglês conseguia tirar do governo brasileiro algumas promessas de diminuição do tráfico. A prática, no entanto era bem diferente do acordado. Ao invés da diminuição, houve um crescimento no número de escravos que chegavam aos portos brasileiros, com médias anuais de mais de 50 mil escravos entre os anos de 1846 e 1849²⁶. As décadas de trinta e quarenta foram extremamente lucrativas para os traficantes, que tinha no Brasil, uma país essencialmente agrícola, compradores fieis e numerosos.

O acordo entre os dois países, dava como limite de prazo para o fim do tráfico negreiro, até o dia 13 de março de 1830. E mesmo com as tentativas da embaixada brasileiras em Londres, de prorrogar o prazo, Aberdeen estava resoluto em fazer valer o tratado.²⁷ A data chegou e passou, sem nenhuma diminuição do volume do tráfico.

Os anos posteriores foram de tentativas da Inglaterra de ampliar o seu poder de combate ao tráfico. As cláusulas do tratado permitiam os ingleses interceptarem navios provavelmente transportando escravos contrabandeados. Porém navios negreiros, equipados obviamente com objetos próprios de transporte de escravos, não podiam ser abordados se tivessem vazios. O embarque de escravos na costa africana era feito rapidamente e quando os navios zarpavam até o alto mar, era menos provável uma interceptação.

Em 1831, visconde de Palmerston procurou uma solução, quando tentou acrescentar o direito de interceptação em navios com equipamentos de transporte de escravos. O

²⁵MANCHESTER, Alan. op cit. 61

²⁶BETHELL, L . The abolition of the Brazilian slave trade. Britain, Brazil and the slave trade question 1807-1869 ., Cambridge : Cambridge University Press. 1970

²⁷ ALVES, Francisco das Neves. Autonomia X dependência – o Brasil no quadro das relações internacionais: estudo de três tratados. In: ALVES, F. N. (org.). Brasil 2000 –quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas. Rio Grande: FURG, 2000.

momento político brasileiro, porém, não era propício para nenhuma decisão duradoura. Em 1837 um projeto com atendendo vontade da Inglaterra, que ficou conhecido como projeto de Barbacena, foi aprovado no Senado, mas acabou derrotado na câmara dos deputados. Em 1842, outra tentativa sem sucesso. A proposta de abertura de discussão foi recusada pelo ministro do exterior no Brasil. Justiano José da Rocha deixa claro o sentimento do país em seu livro “O Brasil” que “se há hoje no país ideia vulgarizada e eminentemente popular, é que a Inglaterra é nossa mais cavilosa e pertinaz inimiga.”²⁸

Em 1845, a paciência inglesa chegava ao fim. O Aberdeen Act promulgado em 8 de agosto, com isso a Inglaterra queria segundo Lord Russell “dar sozinha, e pelos seus próprios meios, os passos que ela achasse mais adequados para levar ao maior e mais completo êxito”²⁹.

O ato de Aberdeen agitou as ruas da capital brasileira. A indignação contra os ingleses ganhou altíssimas proporções. A nota de Limpo de Abreu³⁰ simboliza a opinião da maioria da sociedade brasileira. Consideravam a decisão inglesa algo indigno, prova da falta de respeito à soberania brasileira.

Esse pode ter sido o maior atrito entre Brasil e Inglaterra até a questão Christie, mas não pode ser considerado um fato isolado. Graham e Manchester defendem que os sentimentos brasileiros pelos ingleses desde a época da independência nunca foram muito positivos. Indo ainda mais longe, Portugal já no fim do século XVIII se ressentia do domínio econômico inglês, mas sua frágil posição não permitia uma mudança de panorama.³¹

Antes mesmo da independência, jornais do Rio de Janeiro já publicavam notas contrárias ao domínio econômico e comercial inglês no Brasil.³² Ainda em meados da década de vinte, alguns políticos brasileiros mostravam-se preocupados em repetir os

²⁸ BETHELL, Leslie. CARVALHO, Jose Murilo de. “O Brasil da independência a meados do século XIX In. A história da America Latina .independência até 1870.

²⁹ GRAHAM, Richard. Os fundamentos da ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1863: “A Questão Christie”. Revista da USP n 62, 1962.

³⁰ MANCHESTER, op. cit. p 71

³¹ ALVES, Francisco das Neves. As relações Brasil-Portugal no século XIX: dois momentos de ruptura. In: ALVES, F. N. (org.). Brasil 2000 – quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas. Rio Grande: FURG, 2000.

³² MANCHESTER, Alan. Op cit

mesmo erros que os portugueses cometeram, ao enraizar ainda mais a dependência comercial com um estado mais forte³³

Mas foi a discordância sob o tráfico negreiro que realmente causou atritos entre as duas nações. A questão Christie, apesar de dotada de elementos bastante particulares, não pode ser vista fora do processo de distanciamento entre o governo dos dois países. O “ressentimento hostil”³⁴ dos brasileiros perante os ingleses tornaram o país americano menos disposto a uma relação política mais amistosa. Se economicamente os países continuaram dividindo fortes laços, os meados do século XIX viram um distanciamento quase definitivo.

Em 1850, o navio Cormorant entrou no porto de Paranaguá, visitou e apresou três embarcações, debaixo das baterias da fortaleza da cidade. Houve um conflito armado entre brasileiros e a tripulação, com pouca certeza sobre o lado que começou a atirar. A batalha, pouco pesquisada pela historiografia brasileira, deixou um marinheiro inglês morto além de alguns feridos.³⁵

A Legação britânica exigiu uma satisfação formal, manifestação de profundo pesar do Governo, e a punição dos autores da morte e dos ferimentos. O Governo Imperial, em nota, de 31 de janeiro de 1851, negou peremptoriamente a satisfação e à punição do Comandante pelo motivo apresentado. A Legação britânica limitou-se a lançar, por uma nota, a responsabilidade das consequências sobre o Governo Imperial. Com a promulgação da lei Eusébio de Queiroz, o caso caiu em certo esquecimento, mas o ocorrido afastou ainda mais os dois países.

A distância tornou-se ainda mais clara em 1858, quando um tratado entre dois países criou uma comissão mista que julgaria todas as queixas de uma nação contra a outra. Quando as queixas foram apresentadas, tornou-se claro que as reclamações brasileiras eram contra as decisões das antigas comissões mistas de 1827 a 1845, ou contra os apresamentos feitos depois de 1845 sob a égide do Aberdeen Act. A Inglaterra não acatou as queixas, pois considerava as questões superadas, e foi Christie, já representante inglês no Brasil quem, em 1860, orientou o comissário inglês a não tratar

³³ Idem

³⁵ CARNEIRO, David. Incidente Cormorant. Editora Municipal de Paranaguá, 1995.

destes assuntos. O governo brasileiro acenou discordância com a posição inglesa. O Visconde de Maranguape defendeu que

“é preciso que os brasileiros saibam até que ponto o seu Governo tem defendido os seus interesses, os seus direitos e a dignidade nacional, para que se sujeitem, aplaudindo-o, aos sacrifícios pecuniários que o Governo Britânico pretende impor-lhes.”³⁶

Pimenta Bueno no mesmo conselho é ainda mais enfático nas críticas aos ingleses

“no pressuposto, que a Seção teve em vistas, de que o Governo Inglês não admita reclamação alguma, que tenha por origem o tráfico, não modifica a opinião consignada no parecer, supõe mesmo que ela deve ser adotada. Em matéria tão importante convém uma análise rigorosa. Na verdade se o Governo Inglês não admitir nenhuma dessas reclamações, únicas que o Brasil tem, para que fim ir-se-á criar nova Comissão mista? Será evidentemente para julgar somente as reclamações inglesas e nenhuma brasileira. No seu pensar isso teria alguma coisa de humilhante, e não traria vantagem alguma, nem na solução das questões, nem na poupança de sacrifícios.”³⁷

A diferença do papel que a comissão mista tinha para os dois países, mostra o desajuste de discursos e pretensões entre o governo brasileiro e britânico. Para a Inglaterra, a comissão serviria para que as vazias respostas brasileiras sobre os interesses britânicos no país se tornassem ações efetivas e não meramente cortesias e desculpas sem maiores desdobramentos práticos.

A maneira que a diplomacia brasileira recebia pedidos, queixas ou até mesmo ordens inglesas é um interessante objeto de estudo para ampliar os debates das relações internacionais no século XIX. Não havia, exceto em situações limites de tensão, animosidade ou desafio por parte do Brasil nas correspondências trocadas entre os dois países.

A cordialidade brasileira pode ser explicada pelo abismo entre o poder dos dois países. Entretanto é interessante notar que essa suposta subserviência pode esconder um grande espaço de negociação e de desobediência aos interesses britânicos. As questões se arrastaram por anos até que novos elementos se somassem as vontades inglesas e soluções fossem tomadas.

Sobre a desobediência brasileira, dois fatores combinados podem ser a explicação. O primeiro é a dificuldade do governo central em fazer valer suas leis e vontades. Em um

³⁶ CONSELHO DE ESTADO. Atas do Conselho de Estado Pleno. In: RODRIGUES, J. H. (Org.) Atas do Conselho de Estado (Vol. 5: Terceiro Conselho de Estado, 1860-1867). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978.p 100

³⁷ Idem

país continental, com estruturas de transporte e comunicação incipientes, a propagação de informação e até mesmo a repressão de atos ilegais são difíceis. Soma-se a isso a diversos momentos de instabilidade política que impediam ações que seriam mais comuns em ambientes mais estáveis.³⁸

Mas não se pode apontar a incompetência do governo brasileiro como único ou principal fator para o não cumprimento de acordos com a Inglaterra. Não se pode ignorar que uma batalha política contra um país tão mais poderoso iria de encontro as necessidades de um estado recém-independente e se estruturando. A aquiescência era inevitável, mas ações ativas contra o tráfico negreiro seriam mal vistas por uma parcela grande da elite brasileira, intimamente ligada com a agricultura e comércio escravista. Portanto, para essa grande parcela da sociedade brasileira simplesmente ignorou a proibição do tráfico negreiro que o acordo com a Inglaterra tornou lei em 1830.

De 1830 até 1850 ano em que foi promulgada a lei Eusébio de Queiroz, o comércio de escravos aumentou consideravelmente. Manchester escreve que em geral, o governo procura combater os traficantes, apenas não tinha a força política necessária para esse intento. Isso pode ser em parte verdade, dado que vários membros importantes de diversos ministérios discursaram sobre a necessidade do fim do tráfico e da escravidão, que seria uma mancha na sociedade.

Entretanto não se pode considerar um governo separado dos interesses da elite do país. Como bem explicar Ilmar Matos em *Tempo saquarema, a flor da sociedade brasileira* era formada principalmente por uma elite agrária, baseada no trabalho escravo. Partilhavam um sentimento aristocrático, do “mundo do governo” mas que mesmo assim não perdia o caráter essencial da sociedade do período, que a independência não modificara. Era uma sociedade, acima de tudo, escravista.

O diálogo entre o Foreign Office e o ministério do exterior eram em meio a linguagem diplomática, cobranças por parte inglesas e promessas de investigação e reparações por parte do governo brasileiro. Os interesses brasileiros não eram esquecidos, mas as discordâncias eram feitas, em geral de um modo cortês.

³⁸ A relação entre a estabilidade do governo brasileiro ,pressão inglesa o fim do tráfico negreiro é amplamente debatida pela historiografia sobre o tema. Ver BETHELL, Leslie & CARVALHO, José Murilo de. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos: correspondência, 1880-1905 e CERVO, Amado Luiz. O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981

Foi apenas nas vésperas do Aberdeen Act que toda contrariedade do governo tornou-se mais pública. Na Assembleia, alguns deputados, como Junqueira comemoravam o fim do antigo tratado, salientando que o brasileiro apoiava o tráfico não apenas pela sua importância econômica, mas já como acinte as pretensões inglesas.³⁹

Não se pode afirmar que todas essas tensões políticas, até mesmo a maior delas, a questão Christie, tenham interrompido as negociações comerciais e financeiras entre brasileiros e ingleses. Um novo trabalho de Carlos Gabriel Guimarães, que tem como objeto dois bancos que agiram de 1808 a 1866⁴⁰ mostra que o Aberdeen Act e o conflito anglo brasileiro tiveram tímida importância para as importações e exportações entre os dois países e para as transações financeiras feitas pelos bancos ingleses.

Segundo dados de Guimarães as décadas de 1850 e 1860, inclusive durante o rompimento diplomático, não viram grandes mudanças no panorama comercial. As exportações brasileiras para a Inglaterra não tiveram grandes flutuações assim como a importação dos produtos britânicos que continuaram pendendo a balança comercial em favor dos ingleses.

O mercado financeiro também não foi afetado pela crise diplomática. O banco Mauá, MacGregor e Cia(1854-1866) com capital brasileiro e inglês não percebeu nenhuma mudança em seus lucros e dividendos durante os conflitos diplomáticos. As crises financeiras internas, como a de 1857, tiveram um impacto muito maior que a questão Christie.⁴¹

1.2 Panorama político interno

O momento político do país nos primeiros anos da década de 1860 foi de considerável instabilidade em comparação com a década anterior e algumas mudanças já se encontravam no horizonte. Segundo Jose Murilo de Carvalho, desde 1848, o domínio conservador e a exclusão dos liberais tinham sido completos⁴². Após as revoltas de 1842, segundo Nabuco de Araujo “os chefes liberais de 1844 – 1848 tinham caído do

³⁹MANCHESTER, Alan. op cit. p 140

⁴⁰ Guimarães trata da firma inglesa Samuel Philips e Cia(1808-1840) e Mauá, MacGregor e Cia(1854-1866)

⁴¹GUIMARÃES, Carlos Guimarães. A presença inglesa nas finanças e no comércio do Brasil. Os casos da sociedade bancária Mauá, MacGregor e Cia e da firma inglesa Samuel Philips e Cia. Alameda, São Paulo. 2012.

⁴²CARVALHO, Jose Murilo de. Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove. Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, Working Paper 87

poder mortalmente desalentados, duvidando uns dos outros e si mesmo.”⁴³ O Tempo saquarema ⁴⁴ estava ainda mais concretizado com a clara dominância política conservadora.

Isso mudou a partir de 1853 com a famosa política de conciliação do Marquês do Paraná, que entendeu que a exclusão permanente de um deles afetava a legitimidade do governo e, eventualmente, a do próprio regime. Com o apoio do imperador, o marques buscou alimentar uma alternância de conservadores e liberais no poder e o sepultamento do intenso enfrentamento desde a época da regência.⁴⁵

A conciliação teve apoio de políticos consagrados como Jose Justiniano da Rocha que com panfleto Ação; Reação; Transação, publicado em 1855, defendia que após a luta entre os grupos “monárquico” e “democrático”, “chegamos à fase da transação; muitos espíritos refletidos o haviam compreendido; compreenderam os estadistas chamados pela coroa à direção dos públicos negócios”. Justiniano da Rocha pregava ainda algo a mais a política de conciliação. O político conservador acreditava que mais que um acordo, deveria haver um “congraçamento entre partidos”⁴⁶.

O decorrer da década de 1850 trouxe novos personagens políticos como os jovens Nabuco de Araújo, Paranhos, futuro visconde do Rio Branco, e João Maurício Wanderley, futuro barão de Cotegipe e certo afastamento de políticos renomados, sustentáculos da trindade saquarema como o visconde do Uruguai e Euzébio de Queiroz. O marques do Paraná também realizou reformas, como a criação do voto distrital, fator de desestabilização das bases política das lideranças nacionais e do antigo sistema partidário.

⁴³ NABUCO, Joaquim. Um estadista do Império

⁴⁴ O termo cunhado por Ilmar R. Mattos se refere ao período a partir de 1848, ano em que o partido conservador passou a ter hegemonia política no império.

⁴⁵ [...] o gabinete nada tem com o tempo passado, os seus membros não se consideram nem como luzias nem como saquaremas, estão todos de acordo em administrar o país segundo as suas necessidades atuais. Portanto aqueles que apoiam e compartilham o pensamento do ministério são ministerialistas, qualquer que tenha sido ou seja o seu partido; e os que não apoiam e compartilham esse pensamento, não sendo os mais aptos para executá-lo, não podem ser nomeados para os empregos políticos.

Honório Hermeto Carneiro Leão – Senado, 12/9/1853

⁴⁶ ROCHA, J. J. Ação; Reação; Transação. Duas Palavras Acerca da Atualidade Política do Brasil [1855]. In: MAGALHÃES, R., Jr. (Org.) Três Panfletários do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

A morte do Marques do Paraná em 1856 pode ter enfraquecido a política de conciliação, mas não acabou com ela. O novo ministério capitaneado pelo conservador Marques de Olinda, procurou seguir a linha do ministério anterior, mas já tendo que enfrentar uma visível mudança na nova assembleia.

Na análise feita por José Murilo de Carvalho, 17 liberais foram eleitos nas eleições que ocorreram no fim de 1856 e começo de 1857. O liberal Francisco Otaviano era mais otimista: “Que Câmara a nova! Já há 23 liberais conhecidos eleitos. Nos antigos saquaremas há mil nuances”; e, meses depois: “Na Câmara nova há 25 dos antigos luzias e mais de 25 saquaremas independentes, ou dos que não querem chefes dominadores do círculo Torres-Paulino”. Do mesmo modo, o conservador e então ministro da Conciliação, João Maurício Wanderley, afirmou: “a nova Câmara em sua maioria conservadora tem tanta gente nova que difícil será dirigi-la. A oposição trará de 25 a 30 membros que se foram arregimentados darão que fazer”.⁴⁷

As eleições de 1857 foram as primeiras com o novo marco legal, fruto da concreta política conciliatória levada a efeito pelo Marques do Paraná, a lei dos círculos.⁴⁸ Era a primeira vez desde a queda do ministério de Francisco de Paula Sousa e Melo que o Partido Liberal conseguia eleger uma bancada minimamente expressiva em termos numéricos, mesmo que ainda obviamente minoritária.

A minoria liberal não conseguiu frear a reforma da Lei dos círculos, proposta principalmente pelo alto escalão saquarema, que se sentiu prejudicado pela nova lei. Não havia, contudo um dualismo estrito entre liberais e conservadores. A reforma também foi criticada por conservadores próximos do finado Paraná. A conciliação conseguira introduzir um novo elemento, inteiramente ausente dos confrontos políticos anteriores a 1853 como foram os caso de Nabuco de Araújo ou o próprio marquês de Olinda “que, fiéis muitas vezes à memória de Paraná, preferiam manter incólume sua obra” (HOLANDA, 2010, p. 68).

⁴⁷ Informações extraídas de correspondências: Francisco Otaviano (15/12/1856 e 13/1/1857) e João Maurício Wanderley (7/2/1857). PINHO, Wanderley. O Barão de Cotegipe e o seu tempo. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937. PINHO, Wanderley. Cartas de Francisco Otaviano. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1977. Sobre Pereira da Silva: SILVA, J. M. Pereira da. Memórias de meu tempo. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, s/d. Apud HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulos de história do Império, p.58-59.

⁴⁸ A lei dos círculos visava a eleição distrital, em que apenas um parlamentar seria eleito, ao invés de três.

A alteração da legislação eleitoral não mudou o panorama da eleição de 1857, e o número de Liberais aumentou ao invés de diminuir nas eleições de 1860. O número de “novos conservadores” também aumentou, diminuindo o poder de ilustres saquaremas. O ministério de Duque de Caxias tentou pacificar a incomum crise interna dentro do seio do partido conservador, mas a ruptura já estava clara.

A imprensa liberal comemorou esse avanço. O *Actualidade*, um dos jornais mais combativos comemorou:

“O resultado até aqui conhecido das eleições municipais em diversas localidades do império, vai denunciando um acontecimento de mais súbita importância. O partido liberal, que de 1849 para cá tem vivido ora adormecido na modorra do desânimo, ora acalentado nos braços soporíficos da conciliação, e sempre comprimido pela pesada e ciosa mão do poder central, renasce cheio de vigor e esperança, desenrola seu estandarte em todos os ângulos do império, e cômico de sua força arroja-se na liça com denodo e resolução.”⁴⁹

O *Correio Mercantil* também mostrava claramente o lado que representava. No ano de 1860 com Otaviano tomando as rédeas e com o acirramento das tensões partidárias, esta folha passa a se referir aos antigos chefes do Partido Conservador (Itaboraí, Uruguai, Eusébio) como os integrantes do “consistório” saquarema. Otaviano “Eusébio era o papa; Itaboraí, Uruguai, Sayão Lobato e outros eram cardeais, e todos formavam o consistório”.

O *Diário do Rio de Janeiro* também se pronunciou. Após quase dois anos de um hiato de publicação, o jornal mais antigo da corte voltou a carga liberal sendo liderado pelo atuante Joaquim Saldanha Marinho, que defendia um abandono da maneira saquarema de pensar política e louvava a facção do partido conservador que rompia com o grupo tradicionalmente mais poderoso.⁵⁰

“Conservadores e conservadores, na atualidade não se conhecem mais ou se guerreiam desabridamente. Entre a facção desse partido que se denomina moderada e a outra que é conhecida pela [designação de] vermelha, a distância é longa e a distinção profunda. Uns combatem por um princípio, e outros apenas lutam por se constituírem os senhores absolutos de todas as posições oficiais, para reparti-las por si e pelos seus.”

Em janeiro de 1861, os resultados das eleições estavam mais claros, e a surpresa da boa votação liberal foi grande até entre os membros do partido. Os liberais ainda não eram maioria, mas a instabilidade quase inédita dentro do partido conservador, mostrava que

⁴⁹*Actualidade* 22-10-60

⁵⁰*Diário do Rio de Janeiro* 08-10-60

ilustres saquaremas estavam perdendo terreno. O mesmo *Diário do Rio de Janeiro*, na sessão de correspondência

“O Sr. Eusébio derrotado na sua freguesia, e figurando como suplente!!! Santíssimo nome de Jesus! O Sr. Ferraz derrotado no Sacramento, e como penúltimo suplente!!! Meu Deus! Santos fortes, santos imortais! E ainda derrotados os Srs. [visconde] de Uruguai e [barão] de Muritiba! E ainda derrotado o Sr. presidente [da província do Rio de Janeiro] Silveira da Motta! Que revolução foi essa nas altas regiões? Será isto um sonho? “⁵¹

A gradual perda de território do grupo saquarema mais tradicional, ligados as figuras da trindade, derrubou o gabinete do Visconde de Abaeté⁵² um antigo liberal que bandeou para as fileiras conservadoras. O seu sucessor Ângelo Moniz da Silva Ferraz, o Barão de Uruguai, um político considerado imprevisível, também caiu após as eleições de 1860, que claramente demonstravam uma composição política diferente na corte. Em um período conturbado, uma liderança forte e confiável foi a escolha da Casa. O escolhido era o já renomado marquês de Caxias.

Caxias, considerado um conservador moderado⁵³, reuniu um gabinete repleto de conservadores, procurando reunificar o partido. Entre os escolhidos estiveram: José Maria da Silva Paranhos, Francisco de Paula Negreiros de Sayão Lobato, José Antônio Saraiva e José Ildefonso de Sousa Ramos. Paranhos foi um dos políticos conservadores que participaram mais ativamente da conciliação proposta por Paraná. Entre os saquaremas “puritanos”, Sayão Lobato, um ferrenho crítico de qualquer ligação com o partido liberal, foi nomeado ministro da justiça.

A política nos primeiros anos década de 1860 começava, portanto, trilhando um caminho mais liberal (apesar de mais tímido que no período regencial), que culminaria com as instabilidade política que derrubaria o ministério de Caxias em maio de 1862. A distância entre saquaremas e luzias tornou-se menores e as novas composições partidárias propiciaram um crescimento do liberalismo.⁵⁴

⁵¹ Diário do rio 25-01-61

⁵² HOLANDA, Sergio Buarque de Holanda. Capítulos de história do império. . São Paulo: Companhia das Letras, 2010

⁵³ Idem

⁵⁴ Na eleição de 1857, protegidos pelos ex-conservadores Olinda e Zacarias, uns 23 liberais voltaram à Câmara, formada por 120 deputados. Na eleição seguinte, em 1860, eles vieram ainda em maior número e melhor qualidade. Compuseram uma poderosa bancada em que se distinguiam Teófilo Otoni e seu irmão Cristiano, eleitos por Minas Gerais, Francisco Otaviano e Saldanha Marinho, pela província do Rio de Janeiro, José Bonifácio, o Moço, por São Paulo, Silveira da Mota, pelo Paraná, Francisco José Furtado, pelo Maranhão e

Houve nesse período a emergência e os desdobramentos da “Liga” (Partido Progressista do Império, composta por uma união políticos provenientes do Partido Liberal e a dissidência vinda do Partido conservador. A chamada Liga Progressista ganha uma forma concreta no intervalo entre as sessões legislativas de 1861 e 1862, aproveitando o enfraquecimento do gabinete Caxias⁵⁵, que não conseguiu reverter a ruptura dentro de seu partido.

Os novos reagrupamentos causaram certas mudanças de nomenclaturas, que passaram a ser usadas tanto pela imprensa conhecida como liberal e conservadora. O termo saquarema, que anteriormente designava todo o partido conservador, passou a ser usado apenas para designar o grupo político ligado a trindade saquarema. Entre a imprensa liberal (e posteriormente a imprensa progressista) o termo “emperrados”⁵⁶ começou a ser usado jocosamente para referir-se ao grupo. O termo puritanos também passou a ser usado, até mesmo pelo imperador brasileiro⁵⁷, para separar o grupo de Eusébio de Queiroz do grupo conservador que participava da Liga.

O Constitucional, jornal conservador ligado ao grupo de Queiroz, citou em 1862 outro termo usado, vermelho ou rubro. Ironicamente, a cor representava a oposição do conservadorismo na Europa, o que faz o Constitucional a abraçar o termo, defendendo que em um país que tudo estava ao contrário, a definição era propícia.

Os políticos liberais e conservadores que se opuseram aos emperrados, ficaram conhecidos como ligueiros. Após a transformação da liga em um partido, os próprios membros denominaram-se progressistas.

A queda do gabinete de Caxias foi a materialização da força da liga recém-criada. As saídas de Sá e Albuquerque e de Saraiva das suas respectivas pastas de ministérios, mostrou instabilidade no gabinete. Caxias notando a queda iminente, procurou Dom Pedro para que a Câmara fosse dissolvida, o que o imperador negou, pois tal prática poderia trazer “consequências desastrosas”.

Tavares Bastos

⁵⁵ HOLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira (Tomo II: o Brasil Monárquico; Vol. 7: do Império à República). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005 [1972].

⁵⁶ Idem

⁵⁷ HOLANDA, Sergio Buarque. Capítulos de História do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

No dia 9 de maio, em meio ao Fala do Trono, Zacarias Goes pediu uma emenda no projeto de governo, um claro desafio ao gabinete no poder. No dia 21 do mesmo mês, ficou clara a vitória da oposição. Não foi uma vitória folgada, mas foi o suficiente pra forçar a queda de Caxias. Após anos de controle saquarema, a política brasileira voltava a um período de instabilidades e duvidas sobre o futuro.

A liga, apesar da vitória, ainda era bastante instável em sua organização política. O mesmo Saraiva que foi ministro de Caxias e se debandou para o outro lado, foi o primeiro a citar a Liga dentro da Câmara⁵⁸ como um novo grupo política no Brasil. Usando o parlamento inglês como exemplo, D. Pedro chamou Zacarias Goes para montar um novo gabinete, já que havia sido o político, que no momento já podia se considerar um ex-conservador, que mais havia se destacado na derrubada do gabinete anterior.

Os dias seguintes mostrariam que a divisão na casa era quase equânime. A vitória da liga havia sido conseguida em um dia que alguns deputados ministeriais não estavam presentes, e com a Câmara com todos os seus membros ainda era uma tarefa difícil precisar que grupo possuía a maioria. Notando a dificuldade que seria lidar com uma assembleia dividida, Zacarias defendeu a mesma manobra que seu antecessor e pediu a dissolução da Câmara, o que foi novamente negado por D. Pedro II.

O Constitucional voltou sua carga contra Zacarias e Saraiva⁵⁹, que consideravam aventureiros e sem responsabilidade para governar um país com tantas questões presentes. O momento conturbado permitiu uma última cartada dos conservadores, que após apenas quatro dias, conseguiram derrotar uma Liga ainda sem forma, e acabar com o efêmero gabinete.

O dia 28, começou com uma discussão sobre o projeto de promoções na Armada. Sales Torres Homem e outros propuseram que se adiasse a discussão "até que a Câmara se convencesse de que o ministério estava disposto fiel e restritamente a executar as suas disposições".⁶⁰ Mesmo com o protesto da Liga, a votação ocorreu após o pedido de Cruz Machado e tal pedido conseguiu o apoio da maioria, 49 votos contra 43.

⁵⁸HOLANDA, Sergio Buarque. op. cit. p 156

⁵⁹Jornal Constitucional, 08-08-1862

⁶⁰FARIA, Julio Cesar. José Bonifácio, o Moço (1827-1886). Rio de Janeiro. 1944

O gabinete dos anjinhos, apelido jocoso dado ao ministério de Zacarias que foi “morto antes de aprender a engatinhar” acabou sendo uma lição para os ligueiros e a última vitória por um longo tempo pelo lado dos puritanos. A Assembleia estava dividida, mas a rápida queda do gabinete da Liga serviu para aparar as arestas da relação entre antigos liberais e conservadores que culminou em um estreitamento de laços.

A formação de novo ministério foi uma tentativa de apaziguar os ânimos: os homens convocados foram quase todos políticos nortistas da ala moderada do Partido Conservador, alheios às querelas de partidos. Tinha como homem de frente, Olinda, um homem intimamente ligada com o Marques de Paraná e com a conciliação. Além dele, foram chamados Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, o visconde de Albuquerque e João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, um político já ligado a Liga Progressista

O estado da Câmara dos deputados promoveu um ministério de estadistas cujo valor não era negado por nenhum dos grupos de então, não por acaso, o governo ficou conhecido como o “Gabinete dos Velhos”. Mesmo com uma grande quantidade de conservadores apoiando o novo ministério, a ala saquarema mostrou certa contrariedade pelos rumos que a assembleia tomava. Torres Homem, deputado responsável pela moção que derrubou o primeiro gabinete da Liga e antigo liberal afirmou que o novo ministério certamente merecia a confiança dos deputados pelos nomes que o compõem, apesar de não poder “ser considerado como expressão genuína da maioria dessa casa”

A realocação de Sinimbu, o homem da Liga no ministério, da pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para a da Justiça, principal mecanismo governamental de intervenção no processo eleitoral mostra o caminho que o Gabinete de Olinda pretende trilhar.⁶¹ Sinimbu troca postos de justiça que anteriormente era ocupado por conservadores por homens próximos da Liga Progressista.

O maior poder de Sinimbu e sua “promoção” para a pasta da Justiça indicavam que, se o ministério não conseguisse mais se sustentar e obtivesse a anuência de d. Pedro II para dissolver a Câmara, as próximas eleições seriam realizadas sob o controle dos homens

⁶¹ NEEDLELL, Jeffrey. *The Party of Order*. Stanford, Stanford University Press. 2006

da Liga ⁶²A reação dos conservadores pela medida de Sinimbu, pode ser vista em uma notícia do Constitucional, após a demissão do político alagoano do ministério.

Ingrato inconsiderado, audacioso, violento, odiento e prevaricador, o Sr. Sinimbu foi nos seus dois últimos ministérios da Agricultura e Justiça uma calamidade, um escândalo! Demissões em massa nos cargos policiais, nomeações vergonhosas ou inconvenientes para a polícia e guarda nacional, nomeações e remoções desgraçadas e acintosas na magistratura, compromissos ruinosos e ilegais a companhias de estradas de ferro e aposentadorias forçadas de membros da alta magistratura do país, com violação flagrante da constituição, formam a coroa cívica desse ministro fatal [...].⁶³

As eleições de 1863 mostraram os caminhos que a década de 1860 iria tomar. As urnas manifestaram-se contra os conservadores históricos, e a vitória, por grande maioria, coube aos progressistas. Até 1868 seriam predominantes no parlamento e líderes dos ministérios recorrentes.

Era o gabinete de Olinda que estava no poder durante a questão Christie. Sinimbu nos últimos dias do ano de 1862, deixou de ocupar o Ministério da Agricultura, Comércio, e Obras Públicas, passou a ser ministro da Justiça, em um primeiro momento provisoriamente (pelo afastamento de Maranguape) e a partir de fevereiro de 1863 de forma definitiva.

A difícil relação com a Inglaterra e a ascensão de um novo grupo político, o futuro partido progressista são dados importantes para se entender os desdobramentos que levaram a questão anglo brasileira a ganhar tanta importância na corte e na sociedade em geral.

⁶² Idem,p128

⁶³ Constitucional 18-06-64

2. Conflitos diplomáticos (1861-1862)

2.1 Naufrágio do *Prince of Walles*

A costa gaúcha foi atingida por tempestades durante as primeiras semanas de junho do ano de 1861. O mau tempo foi a razão para que vários navios fossem a pique ou ficassem seriamente danificados.⁶⁴ Entre eles o *Prince of Walles* um navio fabricado na Escócia que estava fazendo uma rota de Glasgow até Montevideu quando afundou a 14 milhas da costa do Rio Grande do Sul na região de Albardão⁶⁵ provavelmente na madrugada entre os dias 7 e 8.

O naufrágio do *Walles* não foi amplamente noticiado nos jornais fluminenses nos dias posteriores ao acidente. Além da dificuldade de acesso e informação da região pouco habitada, o afundamento do *Guahyba*, navio do Rio de Janeiro na mesma região foi noticiado com maior interesse em um primeiro momento. O *Correio Mercantil* na edição do dia 12 de junho de 1861 fornece apenas um parágrafo sobre o acidente do navio inglês. Não parece haver menor dúvida para o jornal, que a causa do naufrágio foi a péssima condição climáticas que acometiam a costa gaúcha durante o inverno. Até a passagem de um cometa e sua possível participação na piora das tempestades foi citada. Nos dias posteriores, novas informações foram divulgadas, entre elas, que os corpos de quatro tripulantes foram resgatados e que apenas pequena parte da carga chegou até a praia.

Coisa parecida noticiou o *Diario do Rio de Janeiro*. Uma edição do começo de julho apenas cita o naufrágio de uma barca inglesa e da morte dos tripulantes.⁶⁶ A edição do dia 18 apresenta um pouco mais de detalhes, inclusive citando um conflito entre o cônsul inglês, Mr. Vereker e o presidente da província sobre o possível roubo de mercadorias. Entretanto a mesma edição conta que o conflito estava “felizmente terminado”⁶⁷ mesmo com a confirmação da pilhagem.

O *Actualidade* de 3 de julho, cita apenas que as tempestades na costa gaúcha havia causado sinistros. A edição do dia 24, ainda sem citar o *Prince of Walles*, apresenta uma

⁶⁴ O *Correio Mercantil* do dia 30 de junho de 1861 cita o patacho inglês *Hound* que encalhou na praia e o *Annie Walker* navio de Liverpool, que teve grandes danos provados pelas ondas. Cita também os brigues *Alexandrina*, *Prazeres* e *Maria Isabel* que tiveram problemas na costa próxima *Bojuru*.

⁶⁵ Albardão fica há 96 quilômetros da cidade de Rio Grande, no extremo sul da costa gaúcha.

⁶⁶ *Diario do Rio de Janeiro* 18-07-61

⁶⁷ *idem*

recomendação do administrador da barra do Rio grande do Sul para que os navios que navegassem pela região não fossem carregados com mais de “14 e meio de água” Nenhuma das poucas notícias presentes no jornal tiveram grande destaque. Em um momento em que o país passava por uma ferrenha disputa política, o naufrágio e as reclamações inglesas obtiveram as páginas finais dos jornais.

Os jornais do Rio Grande do Sul deram maior atenção ao caso.⁶⁸ As poucas notícias na corte sobre o acidente e seus desdobramentos vieram dos três impressos da região de Rio Grande, cidade próxima de Albardão. O *Diario do Rio Grande*, o *Echo do Sul* e o *Commercial* deram distintos enfoques ao caso, o que demonstra uma dificuldade de averiguação de fatos, o que parece ter contribuído para o aumento das tensões posteriormente, O *Diario* de 15 de junho qualifica a pilhagem contra as mercadorias do Prince of Walles como “espantosa”. O *Commercial* deixa claro que na praia sobraram apenas “fazendas, louças e carvão de pedra”.

O *Echo do Sul* foi o primeiro a afirmar que 10 corpos foram encontrados (uma criança, uma mulher e oito homens). Os outros dois jornais diziam que apenas cinco vítimas foram encontradas. O *Diario do Rio Grande* também apresentou novas informações sobre o estado dos corpos: “só foram encontrados os quatro cadáveres por eles (subdelegado) submetidos tendo sido encontrado um enterrado e três expostos ao tempo, no meio do campo! Os corpos estavam em muito mau estado, comidos dos urubus e quase em esqueleto”⁶⁹.

Não houve porém, qualquer menção ao assassinato de nenhum dos tripulantes em nenhum dos três jornais. Os textos sobre o tema focavam mais na enorme quantidade de naufrágios na costa gaúcha e do terrível tempo que o inverno de 1861 trouxe. O *Diario do Rio de Janeiro* e o *Correio Mercantil* repetiram as informações dos jornais gaúchos citando a lista dos objetos encontrados, o mau estado do corpo e a cerimônia fúnebre organizada por Vereker em homenagem aos falecidos. Após julho, nenhuma outra reportagem sobre o assunto foi feita até abril de 1862

A mudança da cobertura do naufrágio, tanto na capital do império quanto no Rio Grande do Sul ocorreu após as acusações de Christie e suas exigências de indenização

⁶⁸ Para maiores informações ver o trabalho de Juliano Marques “o caso do Prince of walles na perspectiva da imprensa rio grandina (1861-1862) em

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28961/000774524.pdf?sequence=1>

⁶⁹ *Diario do Rio Grande* 15-07-61

pela carga que teria sido roubada.⁷⁰ Além disso, o representante inglês também acusou brasileiros de assassinarem os marinheiros. Cartas de Mr. Vereker, ainda em 1862 demonstram que o cônsul deu certeza a seus superiores que os assassinatos aconteceram, e que até mesmo os homens responsáveis pela investigação dos fatos ocorridos estavam envolvidos nos roubos e interceptações de mercadorias do navio.⁷¹

A chegada de dois vapores de guerra ingleses a costa do Rio Grande do Sul em Abril de 1862 foi a primeira prova concreta que Christie não hesitaria de usar a força bélica para conseguir seus objetivos. Enquanto a chegada dos navios ingleses eram vistos com alarme pelos periódicos fluminenses, os jornais gaúchos se digladiavam sobre os motivos dos vapores ingleses terem ancorado na costa gaúcha.⁷² Nessa guerra de versões, o *Echo*, um jornal obviamente opositor do delegado e subdelegado responsáveis pelo caso, chega a afirmar na edição do dia 15 de maio de 1862 que “houve assassinatos e roubos” no *Prince of Walles*.

O Actualidade de 22 de maio, apesar de sem grande alarde, escreveu sobre a chegada dos navios de guerra a Porto Alegre. Na seção de correspondência, apresenta as notícias segundo a versão do *Echo*. Cita os assassinatos como fatos, o que posteriormente seria peremptoriamente negado pelo próprio impresso, além de culpar as autoridades locais pela situação.

“A despeito das ordens do tempo do presidente Antão, os Srs delegado Camarim e juiz Garcez não tomaram conhecimento do fato. A vista da reclamação armada britânica, os mesmos receberam novas ordens. Mas contentaram-se a sair da cidade... em uma fazenda bailando, bebendo e dormindo em casa dos culpados⁷³”

A retirada dos navios ingleses da costa de Porto Alegre cessou com as já diminutas notícias sobre o naufrágio. Apenas os eventos de primeiro de janeiro de 1863 fizeram os jornais recordarem e se aprofundarem no caso. Em geral, os impressos fluminenses trataram o caso como um naufrágio acidental e criticavam veementemente as declarações de Christie. Se antes de primeiro de janeiro, o embaixador britânico era visto como um homem tempestuoso, após a data ele passou a ser exemplo de vilania e de um verdadeiro inimigo do Brasil.

⁷⁰ Christie exigia 6.525.19 libras esterlinas . 5.500.00 pelos carregamento e 1.025.19 pelo frete

⁷¹ CHRISTIE, WILLIAM. Notes of brazilian question. Londres, 1864

⁷³ *Actualidade* 22-05-62

A versão inglesa foi contada para o público da Corte no *Correio Mercantil* de primeiro de janeiro de 1863. Um relato de uma comitiva inglesa até o Rio Grande do Sul, enviada para o Marques, apareceu na primeira página do jornal. O texto escrito por Christie tenta demonstrar que a investigação policial foi mal feita e que detalhes importantes sobre o naufrágio foram ignorados. Além disso, os ingleses teriam encontrado pouca cooperação dos envolvidos no caso, com proibições e negativas para se contatar testemunhas. Tais ações foram consideradas suspeitas pela delegação que usa o fim do texto para reforçar a ideia de crime contra súditos da coroa britânica.

O relato conta que o cônsul britânico no Rio Grande do Sul, Mr. Henry Vereker procurou o magistrado da região de Albardão e no dia 13 de junho de 1862 após saber que corpos foram encontrados na praia e desconfiar que se tratavam de marinheiros ingleses.

Ao chegar a praia, Mr. Vereker teria se deparado com muitas cargas na areia. Muitas das caixas teriam sido abertas e o conteúdo retirado. O relato afirma que muitas caixas pareciam estar secas como se tivessem sido “trazidas por botes até a praia”. Afirmava também que dez corpos foram encontrados, alguns longe da praia, e todos não possuíam nenhum dinheiro nos bolsos e nem contavam com seus relógios. Além disso, mercadorias intactas foram encontradas na casa de Bento Soares, o magistrado da região.

Mr. Vereker teria exigido um exame nos cadáveres, o que teria sido negado de forma “suspeita” pelo subdelegado responsável pelo caso. Apenas quatro corpos chegaram até a cidade de Rio Grande e a maioria dos corpos não foram sepultados, estando em péssimo estado de conservação. Apesar disso os exames nos corpos foram suficientes para identificar a *causa mortis* como afogamento. Christie no fim do relato acusa com todas as letras o governo provincial e imperial de encobrir crimes de furto contra os corpos dos marinheiros e de possíveis assassinatos dos marinheiros que teriam chegado a costa com vida.

As cartas trocadas pela delegação inglesa no Brasil com seu governo central mostram a certeza de Christie e Vereker sobre o assassinato dos tripulantes do navio. Entretanto a maior queixa, presente em quase toda carta enviadas para Londres é relacionada ao papel das autoridades brasileiras na resolução das questões. As cartas de Christie, mesmo possuindo a linguagem formal que tais documentos devem ter, mostravam a

incredulidade o inglês perante as negativas e omissões brasileiras perante aos pedidos de informação e de indenização feitos pela coroa britânica.

A versão do governo brasileira é hegemonicamente defendida pelos jornais fluminenses. Para a imprensa não existia nenhuma prova de assassinato dos tripulantes do Prince of Walles. Ao contrário, os corpos que possuíam a condição de passar por autópsia mostravam o afogamento como *causa mortis*. O roubo das mercadorias que chegaram até a praia não era negado por nenhum dos jornais, mas o *Diario do Rio de Janeiro* reforça a dificuldade de acesso ao local do naufrágio, além da recorrente presença de ladrões e assassinos, que em local tão ermo poderiam ter se apoderado dos objetos sem grandes dificuldades.⁷⁴

A atuação da polícia também foi defendida pelos impressos da Corte. Para o *Actualidade*, a quantidade de depoimentos tomados e a constante troca de informações do delegado com Mr. Vereker mostrariam a vontade brasileira de solucionar o caso. As acusações de Christie seriam injustas dadas as enormes dificuldades para a resolução do caso em um local tão distante.

O *Diario do Rio de Janeiro* publicou um memorando feito pelo governo brasileiro para explicar sua posição no caso Prince of Walles. Defendendo-se das acusações de Christie sobre a resistência do estado brasileiro em investigar, o governo imperial cita a grande distância da região de lugares povoados e a quantidade de malfeitores que fogem do Uruguai e poderiam ter participado do saque “Por mais que se esforçasse, era negócio de tempo e perseverança”⁷⁵.

O saque em si, é confirmado pelo governo, que afirma através de um relatório que muitas testemunhas só foram ouvidas pela força da violência, pois a maioria fingia-se doente ou fugia quando era chamada pelo governo. Pelo mesmo motivo, a presença do oficial inglês foi rechaçada pois era extremamente improvável que algum suspeito confessasse sua participação no roubo, ou uma testemunha desse uma pista se houvesse um inglês próximo. Pelo menos catorze pessoas foram indiciadas e alguns permaneceram presos, como foi o caso de um homem conhecido como Joaquim Carpinteiro.

⁷⁴ *Diario do Rio de Janeiro* 03-01-63

⁷⁵ *Idem*

O *Diario* também publicou a demissão do inspetor do quartirão e o subdelegado de Tahim, pois as autoridades brasileiras acreditaram que o primeiro agiu errado em soltar um suspeito que “evadiu-se para o Oriente”⁷⁶. Sobre o sub delegado, indivíduo que segundo Vereker havia participado do saque, o jornal apenas deixa claro que ele não se portou como uma autoridade, sem maiores acusações.

Sobre o juiz de paz, Venancio Bento Soares, os jornais simplesmente fez silêncio. Mr Vereker não falou sobre isso no momento da ocorrência e não parecia haver provas para prender Soares. Se em correspondência com Christie, o inglês afirmou ter visto na casa do juiz duas bíblias que estavam entre os objetos roubados do naufrágio, o mesmo não pode ser dito sobre o seu primeiro depoimento frente a polícia brasileira.

A sanidade de Vereker, algumas vezes também chamado pelos jornais de Mr Wereker, foi posta a prova por todos os jornais fluminenses estudados. Segundo as edições de janeiro, o cônsul inglês da província gaúcha, saiu do Brasil completamente enlouquecido, fato não confirmado por Christie em nenhuma de suas correspondências. *O Diario do Rio de Janeiro* cita as pretensas alucinações de Vereker, que segundo os boatos considerava estar correndo perigo de vida, algo negado peremptoriamente pelo governo brasileiro.

O memorando preparado pelo Marques de Abrantes parece ter convencido ainda mais a população da corte sobre a pouca coerência do ultimato de Christie. O último parágrafo trata especificamente da impossibilidade de se aceitar o ultimato sobre o Prince of Walles

“O Sr Christie exige o pagamento pelo navio assim como pelo seu frete. Admitido o princípio, haveria quem se responsabilizasse não só pelo crime dos depredadores, como também pela imperícia e má fé dos capitães e até pela fúria dos mares e dos ventos.”⁷⁷

O caso, portanto tornou-se um impasse. Entretanto não se pode ignorar que a maior parte da discussão sobre a situação aconteceu próximo ou depois do começo do ano de 1863, data que o bloqueio do porto foi concretizado. De junho de 1861 até dezembro de 1862, pelo menos pelos jornais da Corte, o caso foi praticamente ignorado, mesmo com outros conflitos que se seguiram entre brasileiros e ingleses.

⁷⁶ Correio Mercantil 01-01-63

⁷⁷ Diário do Rio de Janeiro 01-01-63

2.2 Incidente do HMS Emerald

Um caso menos conhecido de rusga diplomática entre Brasil e Inglaterra ocorreu na corte no mesmo mês que o naufrágio do Prince of Walles. Na noite de 24 de junho, houve uma briga entre membros da fragata britânica HMS Emerald e tripulantes de um bote do tráfego do porto do Rio de Janeiro. O bote, tripulado por soldados brasileiros fazia a travessia entre o cais do Pharox para o forte de Villegaignon e segundo relatos apresentados nos jornais uma discussão entre as duas tripulações ocorreu ainda dentro do mar. Durante a briga, de maneira pouco explicada, um dos soldados brasileiros, Vicente Ramos foi lançado ao mar e acabou afogando-se.

Ironicamente, o caso teve uma repercussão claramente maior do que o naufrágio do Prince of Walles, nos dias posteriores ao ocorrido. Não foi digna de manchete, mas foi discutida mais amplamente que o episódio que entraria para a história como o início da questão Christie.

As primeiras notícias, já nos jornais do dia seguinte ao ocorrido, davam conta de um conflito entre marinheiros e o desaparecimento do marinheiro após a agressão advinda do Emerald⁷⁸. O *Correio Mercantil* cita um ataque covarde de ingleses a brasileiros, e o seu texto é republicado no *A Actualidade*. O *Diario*, de maneira bastante dramática, conta o ocorrido como um ataque de piratas contra homens inocentes. O marinheiro morto, não sabia nadar e desesperado para se salvar, teria se agarrado ao escaler em que se encontrava o oficial inglês. O britânico teria acertado a mão do “desgraçado” com a espada, fazendo-o se afogar. O ataque teria acontecido por uma suspeita de furto de um chapéu que os britânicos “alegres” haviam perdido após uma festa.

O ocorrido parece ter irritado verdadeiramente os redatores do *Diario*, que saindo um pouco da maneira fleumática usada para tratar as maiores potências da época, chamou a briga de “vil assassinato” que nem mesmo a “própria e tradicional arrogância britânica” poderia explicar. O jornal ainda afirmou que se o caso tivesse acontecido no meio do Rio Tamisa, rio que cruza a capital inglesa, as humilhações que o pavilhão brasileiro iria sofrer seriam “inimagináveis” Por fim, o *Diario* exige do Almirante Warren e de Christie uma indenização para a família do marinheiro morto, além de punição severa aos culpados.

⁷⁸*Correio Mercantil* 26-06-61

O *Correio Mercantil* do dia 27 cita uma carta enviada pelo comandante do navio inglês, que diz não ter havido nenhum ataque por parte britânica. Após o relatório policial, as autoridades brasileiras denunciaram dois ingleses que teriam participado no conflito, o oficial Francis May e o marinheiro Willian Langford.

O governo brasileiro solicitou junto ao embaixador Christie que os dois envolvidos fossem encaminhados à fragata brasileira Constituição, onde deveriam aguardar o julgamento. Christie informou que a Emerald estava de partida para a Europa, o que de fato ocorreu em 27 de junho, após apenas 10 dias atracado no porto, mas que o oficial e o marinheiro haviam sido transferidos para a fragata Forte⁷⁹. O *Diario do Rio de Janeiro* de 29 de junho apresenta um pedido, de forma mais cordial que o feito anteriormente mais ainda assim incisiva, de continuidade de cooperação dos representantes ingleses no Brasil. Valendo-se de um tom elogioso e quase bajulador que normalmente se dirige a grande potência escreve.

“Nem um momento hesitamos de acreditar que o Sr Contra Almirante Warren e a legação inglesa fizessem justiça as reclamações do governo. Os delegados da nação que vivem a frente da civilização não podem desmentir com fatos as ideias de que são representantes. Confiamos que provados os fatos, será feita justiça.”⁸⁰

A mensagem era clara. As mesuras a civilidade britânica era uma estratégia de pressão, para que a resolução do caso não fosse barrada pela indisfarçável disparidade de força entre as duas nações. O *Correio Mercantil* de 30 de junho de 1861 em uma publicação a pedido, aponta uma versão dos fatos escrita “por um inglês”. Na nota, um marinheiro inglês teria perdido o chapéu que foi parar nas mãos de um membro da tripulação do bote. Ao pedir de volta o chapéu, o inglês teria sido ignorado e a balsa teria perseguido o bote. Com a aproximação, e mesmo com os gritos dos ingleses que não haveria nenhum ataque, os integrantes do bote pularam ao mar. Os ingleses ao invés de golpes de espada, teriam jogados remos para que os que se afogavam se salvassem.

O *Diario*, já em 11 de julho, publica um extrato de um relatório feito pelo Chefe de polícia, em que o caso é aprofundado. A versão apresentada pelo guarda marinha Francis May é bastante parecida com a apresentada “por um inglês” no *Correio Mercantil*. May disse estar a bordo de uma “escalar” para chegar até a fragata, quando

⁷⁹ *Diario do Rio de Janeiro* 29-06-61

⁸⁰ Idem

um chapéu de um dos marinheiros voou para perto do bote dos brasileiros. Mesmo sem nenhuma agressão, todos teriam pulado do bote. Dentro do mesmo, não havia nenhum outro utensílio além do anteriormente citado chapéu, que foi resgatado por dois ingleses.

A versão do soldado da marinha Simão Rodrigues Quevedo é bastante diferente. Segundo o brasileiro, eram cinco os tripulantes do bote. O próprio Simão, o soldado Vicente Ramos, o vigia de alfândega João Jose de Sá e dois remadores, Joaquim e Jerônimo. Quando o bote chegou à altura da “ponta do Trem”, foi interceptado pela barca inglesa. May e outros quatro homens armados com espadas e remos, começaram a surrar os brasileiros. Todos teriam pulado no mar para escapar do ataque, com exceção de Vicente Ramos, que com os golpes estava em “completa prostração”. O próprio May teria jogado o marinheiro ao mar, e após este voltar a tona, lhe deu um golpe com o remo que o teria feito voltar para o fundo, de onde não retornou. Os jogados ao mar teriam sido salvos por membros da fragata brasileira Pavuna, sem nenhuma ajuda oferecida pelos tripulantes do navio Emerald.

Tanto João Jose de Sá quanto os remadores Joaquim e Jerônimo contaram versões idênticas aos do marinheiro brasileiro, acrescentando que os ingleses além de não terem oferecido ajuda, tentaram impedir a aproximação dos homens que estavam no mar, tentando acertá-los com os remos.

Os tripulantes da fragata Pavuna também confirmaram tal versão. O mestre da armada nacional Manoel Braga afirma que foi ao encontro das vítimas ao escutar os gritos de pedido de socorro e se deparou com um bote vazio e um “lanchão guarnecido por ingleses”. Retirou da água os quatro naufragos e afirmou que houve um princípio de ataque dos ingleses contra o escaler que só foi interrompido quando os britânicos perceberam que o Pavuna era um navio com armamento bélico. Além disso, teria visto um oficial inglês na proa do lanchão com uma espada na mão.

Além da transcrição do relatório policial, o *Diario do Rio de Janeiro* publicou a acareação feita entre o marinheiro Simão Rodrigues Quevedo e o oficial inglês no dia 5 de julho. Quevedo, segundo o jornal, reconheceu imediatamente Francis May entre outros quatro oficiais. Tal ato foi seguido pela abertura de processo contra o inglês.

O tempo passou e os ingleses não se manifestaram. Quando indagada, a embaixada se desculpava sempre com a ausência temporária do embaixador Christie. No dia 16 de julho o diplomata Evan Baillie, encarregado interino dos negócios de Sua Majestade Britânica, informou que o contra-almirante Richard Warren, comandante em chefe da estação, deixou o porto do Rio de Janeiro levando os dois indiciados para a Grã Bretanha.

Em novembro do mesmo ano o almirante Warren voltou ao Rio de Janeiro com a sua frota. Novamente a embaixada britânica foi indagada sobre os dois membros de sua marinha envolvidos na morte do soldado do batalhão naval. O Governo de Sua Majestade Britânica negou a legitimidade da justiça brasileira de julgar oficiais ingleses. Porém o almirante Warren estaria disposto a discutir a indenização aos familiares da vítima.

O *Diario do Rio de Janeiro* de 17 de novembro usa a primeira página para cobrar o ministério conservador pela fraqueza em casos de conflitos contra países mais fortes. O jornal acusa o governo de passividade, usando como exemplo a não punição dos culpados pelo afogamento de Ramos. Segundo o *Diario*, o processo só iniciou-se pela boa vontade do Almirante Warren e foi abandonado antes do final, ou no mínimo escondido do público. A pensão oferecida para a família da vítima teria sido a única resolução do processo, fazendo o impresso declarar que para os olhos do governo brasileiro, “algumas libras esterlinas pagam um assassinato”⁸¹.

O governo brasileiro já havia sido cobrado em edições de novembro do *A Actualidade*, do *Correio Mercantil* e do próprio *Diario*. O *Actualidade* de 18 de novembro republicando uma notícia que anteriormente havia saído no *Diario do Rio de Janeiro*⁸², pergunta em que pé se acha o processo e se os culpados já haviam sido julgados. O “mistério” deveria acabar pela “honra nacional”

O *Diario do Rio de Janeiro* de 2 de dezembro usa o caso, para atacar novamente o Ministério e especialmente Taques, o ministro do estrangeiro. O jornal ironiza um caso que ocorreu no último dia de novembro, em que um guarda marinha inglês tentou visitar o vapor de guerra brasileiro e foi impedido. Taques, segundo o diário, anunciou o ocorrido como uma vitória brasileira, esquecendo do caso mais importante dos “dois

⁸¹*Diario do Rio de Janeiro* 17-11-61

⁸²*Diario do Rio de Janeiro* 08-11-61

brasileiros afogados” , assassinados por ingleses do Emerald, que dias depois saíram “impunes pela barra afora” Como não existe nenhuma informação de um segundo morto, provavelmente o número incorreto deveu-se a um rompante exagerado do jornal, procurando criticar mais duramente o ministro.

Não se pode ignorar que o caso foi mais explorado com o prisma de incompetência e fraqueza do Ministério de Abaeté pelos jornais liberais. Mas é interessante notar que as críticas também são direcionadas a Inglaterra e sua marinha. Como o suposto agressor era inglês, Christie nem mesmo cita o incidente na sua longa troca de cartas com o governo brasileiro.

2.3 Prisão dos oficiais da fragata *Forte*

Na noite de 17 de junho de 1862 três tripulantes da fragata HMS Forte, o capelão George Clemenger, o tenente Eliot Pringle e o aspirante Geoffrey Homby, totalmente à paisana, entraram em conflito com policiais brasileiros no Alto da Tijuca. Após discussão com sentinelas que se encontravam na cabine, houve uma luta corporal e os três oficiais da marinha britânicas foram presos.

As ações que acarretaram a prisão foram causas de grandes discordâncias entre o governo brasileiro e inglês. Os depoimento dos policiais brasileiros e dos oficiais britânicos divergiam frontalmente. O alferes Braz Cupertino de Amaral em depoimento disse ter percebido três homem segurando varas de madeira e incomodando os transeuntes. Após uma discussão, o clérigo visivelmente bêbado teria tentado agredir Cupertino, que com ajuda de mais dos homens tiveram que usar a força para prender os três oficiais, que se recusaram a dar nomes e patentes

Clemenger deu outra versão aos fatos que foi publicada no Correio Mercantil apenas em 1863⁸³. O capelão afirmou que eles e seus companheiros andavam tranquilamente pela Tiuca, a fim de pegar o trem das sete horas, quando foram interpelados pelos policiais. Após perguntar em português “O que você?” foi violentamente agredido com uma baioneta e preso mesmo falando em alto e bom som seu nome e sua patente. Os policiais teriam ainda obrigado aos britânicos a caminharem do alto da Tijuca ao centro.

⁸³ *Correio Mercantil* 03-01-63

O capelão também negava estar bêbado, dando a conta do hotel que haviam feito a refeição como prova da pouca quantidade de álcool que ingeriram.

O dono do hotel em que os ingleses fizeram a refeição, Robert Bennet, afirmou em seu depoimento que os três homens haviam bebido três garrafas de vinho e meia garrafa de conhaque e que não saberia dizer se os oficiais continuaram ou não a beber durante o trajeto de volta até o encontro com os policiais.

Um dos depoimentos mais decisivos para que o governo brasileiro não aceitasse as reclamações posteriores de Christie, foi dada pelo austríaco Rodolph Muller, que serviu como interprete para a conversa entre brasileiros e ingleses. Para Muller, estava claro que os oficiais britânicos não estavam em seu “juízo normal” e que o clérigo parecia ser o mais afetado. Além disso, o austríaco afirmou que explicou aos detidos o motivos da prisão e que eles em nenhum momento da noite falaram seus nomes ou patentes.

Apesar da prisão de três oficiais britânicos não ser algo que possa ser considerado corriqueiro, não parece haver muitas dúvidas que o tamanho que o caso tomou tem muito mais a ver com a delicada relação entre os países do que realmente com o encarceramento propriamente dito.

As intensas reclamações de Christie, que tomou como verdade absoluta os depoimentos dos britânicos, não foram amplamente divulgadas durante os meses de junho e julho de 1862. Da mesma maneira que o caso do naufrágio do Prince of Wales, os impressos deram mais enfoque nos casos apenas após o bloqueio dos portos.

Em 1862, apenas comentários mais genéricos foram feitos na imprensa. Da mesma maneira que o caso do marinheiro brasileiro, os jornais trabalharam mais como apaziguadores do que acusadores e trataram o caso como um infeliz incidente que em nada abalaria a relação entre países.⁸⁴

Já no dia primeiro do ano de 1863, Os jornais *Correio Mercantil*, *Jornal do Commercio*, *Diario do Rio de Janeiro*, *A Actualidade*, *O Constitucional* e *a Patria* publicaram grande parte da correspondência entre Christie e o Marques de Abrantes, entre elas cartas que tratavam das prisões. O *Actualidade*, por exemplo ao cita as palavras de Christie em uma das cartas⁸⁵, que acusa a polícia brasileira de fabricar uma acusação

⁸⁴*Diario do Rio de Janeiro* 01-08-62

⁸⁵CHRISTIE, William. op cit.

“perseverante e decidida falsidade” e culpa o “governo imperial pelo ultraje que os três oficiais foram vítimas”. *O Actualidade* em tom de ironia pergunta se Christie não acharia justo com toda sua descortesia que o nome do Marques de Abrantes fosse riscado dos senadores do império.⁸⁶

O Actualidade de 3 de janeiro amplia o debate sobre o caso dos oficiais presos, ao trazer um memorandum feito pelo governo brasileiro sobre o caso, que também foi publicado em outros jornais. O memorando faz uma espécie de acareação entre os depoimentos dos policiais brasileiros e dos ingleses. Para o jornal, a disparidade entre os relatos impossibilitaria de se conhecer a verdade se não fossem os relatos de “parte desinteressada”, os senhores Bennet e Muller que se aproximavam muito mais da versão dos policiais do que a dos britânicos. Diferente do caso do naufrágio em que o jornal faz certas concessões aos pedidos de Christie, a folha defende o trabalho do corpo policial inteiramente.

O Constitucional segue a mesma linha do *Actualidade*. Mesmo com visão política distinta, os jornais concordam na total inocência dos policiais. A edição de primeiro de janeiro traz críticas pesadas ao comportamento de marinheiros ingleses no Brasil.

“Constantemente desembarcam em nossos portos, marinheiros e oficiais ingleses, que se entregam ao vício da embriaguez e constantemente a polícia tem cumprido seu dever, acautelando-os de alguns acidentes. Christie julga comprometida a honra da bandeira da sua nação, a ponto de a supor afrontada...Quem poderia crer?”⁸⁷

O Diario do Rio de Janeiro, *Correio Mercantil* e *Jornal do Commercio* foram um pouco mais comedidos ao falar sobre o caso, mas consideraram os pedidos de Christie sobre o caso forte como “injustos” e “ultrajantes”⁸⁸. Assim como os outros jornais de grande circulação da corte, publicaram a correspondência entre Abrantes e Christie.

Os acontecimentos ocorridos durante os anos de 1861 e 1862 envolvendo ingleses e brasileiros tiveram intensa cobertura da imprensa a partir da primeira semana de 1863. O caso do naufrágio do Prince of Walles e a prisão dos oficiais da fragata forte forem contados até a exaustão, com publicação de relatórios policiais e correspondências de indivíduos envolvidos no caso. Não causa estranheza que tais eventos tenham entrado para historiografia como pertencentes a um crescente acirramento dos ânimos que acarretou no clímax do cerceamento do porto do Rio de Janeiro.

⁸⁶ *Actualidade* 01-01-63

⁸⁷ *Constitucional* 01-01-63

⁸⁸ *Diario do Rio de Janeiro* 03-01-63. *Correio Mercantil* 04-01-63

Um minucioso trabalho de pesquisa pelos jornais mostra que aparentemente, os casos não tiveram tanta importância na época que ocorreram e suas consequências imediatas foram ampliadas para que o cerco pudesse ser explicado. O caso do marinheiro brasileiro morto, relativamente esquecido como parte do conflito entre os dois países, parece corroborar com isso.

Apesar de o caso ter tido uma considerável publicidade em comparação com o naufrágio e prisão, não foi escolhido pela historiografia como uma “parte” da posteriormente nomeada questão Christie. Diferente dos outros acontecimentos em que a Inglaterra cobrava uma atitude do governo brasileiro, o caso do conflito na Bahia de Guanabara foi usado principalmente como um sinal de fraqueza do ministério conservador.

A relação entre Brasil e Inglaterra não era a mais amigável nos primeiros anos da década de sessenta do século XIX, principalmente no que se referia ao posicionamento dos países sobre escravidão. A busca de um tratado comercial também não deve ser esquecida, além da pouca simpatia geral que o governo britânico causava entre os brasileiros, desde antes da independência.⁸⁹ Mas o fechamento do porto foi um ponto totalmente fora da curva de normalidade que pautava as relações diplomáticas entre os dois países e diferente dos eventos anteriores, consideravelmente menores, causou grandes consequências.

⁸⁹MANCHESTER, Alan. Op cit.p120

Capítulo 3 - Conflitos diplomáticos (1863)

3.1 Bloqueio do porto do Rio de Janeiro

Os boatos que um conflito com a Inglaterra poderia ocorrer, foram noticiados apenas nos últimos dias de dezembro de 1862. No *Actualidade* de 30 de dezembro, foi divulgado que os oficiais da marinha brasileira estavam dormindo a bordo dos navios desde o dia 27 de dezembro e que Christie havia dado um ultimato cujo prazo já havia acabado. As exigências do diplomata inglês foram descritas no impresso de uma maneira mais geral, sem grande detalhamento, mostrando que a urgência das demandas inglesas não parecia ser conhecida pelo público em geral.

O *Constitucional* de 31 de dezembro também cita a propagação de boatos sobre o conflito com a Inglaterra critica o governo progressista pela falta de informação sobre o caso, estando a população “na mais absoluta ignorância” Os dois impressos, tendo visões políticas opostas, viam a questão da mesma maneira em dois pontos a população deveria ser informada sobre o caso e que o principal culpado para a eminente crise seria Christie e seu gênio belicoso.

Os jornais de maior circulação, entre eles o *Diario do Rio de Janeiro* e o *Correio Mercantil* citaram as exigências inglesas, mas em nenhum momento acharam dignas de ser a principal notícia da primeira folha. As coisas iriam mudar somente após a movimentação da marinha inglesa no ocaso do ano de 1862.

Na tarde do dia 30, o vapor de guerra HMS Stromboli partiu do porto da cidade do Rio de Janeiro. Na manhã seguinte foi a vez do HMS Curlew desatracar. Conforme instruções do almirante Warren, os navios de guerra britânica iriam abordar navios brasileiros e impedir a livre saída do porto para pressionar o governo a cumprir as exigências de William Christie em nome da coroa britânica.

O Almirante Warren deu ordens para que os demais navios de sua frota fossem espalhados pelos principais portos brasileiros. Assim, o Sattelite foi enviado para a Bahia, o Dotterel para o Rio Grande do Sul e um terceiro para Pernambuco. Dessa maneira, a Royal Navy estaria se precavendo caso o conflito se intensificasse e se espalhasse por outras províncias do país.

Não houve nenhuma batalha marítima. A frota brasileira era dividida em três unidades ou divisões. A primeira defendia a capital do Império, enquanto as outras duas eram divididas entre as outras províncias do nordeste e do norte.

A cidade do Rio de Janeiro, contava com apenas quatro embarcações que contavam com material bélico no começo de 1863. A Corveta Bahiana que contava com 21 canhões, e os barcos a vapor Paraense, Jequitinhonha e Maracanã, todos com apenas um canhão a bordo. O maior navio brasileiro, a fragata Constituição com seus 33 canhões, estava avariado e sem condição de navegar⁹⁰

Não há informações precisas sobre a quantidade de navios ingleses sobre as ordens do Almirante Warren. Sabe-se que a já famosa fragata HSM Forte possuía 51 canhões e que pelo menos outros quatro navios de menor porte tinham sido avistados próximos a costa brasileira.

Mesmo com a dificuldade de obter informações dos navios ingleses, pode-se dizer que o poder bélico próximo ao porto do Rio de Janeiro não era tão assustador como se supunha na corte. Os encouraçados ingleses, os navios mais poderosos da marinha britânica, não se encontravam na costa americana e os navios que aqui se encontravam eram antigos, quase obsoletos, com a exceção do HSM Forte. Entretanto uma batalha parecia estar fora de cogitação. Mesmo com a força marinha diminuta, a fragata inglesa ainda possuía mais poder bélico que todos os navios brasileiros que estariam prontos para o combate.

Ao todo, cinco embarcações foram capturadas: o vapor Paraíba, o patacho Chaves, as sumacas Áurea e Senhora do Carmo e o palhabote Trinta e Um de Outubro. As mesmas foram enviadas para a baía das Palmas e ficaram sob a guarda do comandante Forbes do HMS Curlew.

A confirmação do apresamento dos navios brasileiro ainda no primeiro dia do ano de 1863 fez explodir uma onda de indignação entre os habitantes do Rio de Janeiro. Segundo o próprio Christie, tamanha comoção não havia sido vista no Corte desde a promulgação do Aberdeen Act.

A questão anglo brasileira, nome dado pelo conflito na época, foi a notícia de primeira página durante todas as primeiras semanas do ano. Houve o clímax na relação Christie-

⁹⁰MAIA, Prado. História Naval brasileira. Ed da Marinha, Brasília, 1982

Imprensa, sendo o primeiro Um turbilhão de críticas surgiu em todos os grandes jornais da Corte, todas direcionados de alguma maneira a figura do ministro britânico. Algumas histórias supostamente ocorridas em anos anteriores foram convenientemente lembradas, como a briga de Christie com Webb ou conflitos que o inglês teria provocado em Buenos Aires. Tais ocorridos não haviam sido alvo da imprensa brasileira quando ocorreram. Algumas possibilidades podem ser pensadas para explicar a escolha do momento em que essas histórias vieram à tona.

A primeira é que as histórias não surgiram antes porque foram realmente inventadas posteriormente ao fechamento do porto, para intensificar a imagem de Christie como vilão. O principal defensor dessa tese é o próprio Christie, que em carta para Lord Russel, reclama de uma campanha difamatória feita pelos jornais.⁹¹

A outra possibilidade, é que o silêncio sobre as enérgicas atitudes de Christie foi proposital e diplomático. Os jornais não eram, como até hoje não o são, corpos independentes da sociedade, sem capacidade de se influenciar e ser influenciado. *O Jornal do Commercio e o Diario do Rio de Janeiro* eram impressos com estreitas ligações com o governo. Outros impressos como *A Actualidade e o Constitucional* apesar de mais violentos nas críticas, possuíam entre seus editores e jornalistas, muitos políticos influentes.⁹² Um embate direto contra uma diplomata inglês não seria bom politicamente, e, portanto, evitado.

O *Actualidade* de primeiro de janeiro, chama a atenção em uma das suas manchetes para a “ignorância de Christie”. O jornal ataca Christie dizendo que o inglês, apesar de ser um homem da lei, não pareceu ter tempo para atender as distinções que nessa matéria “faz os direitos de gente”. A mesma edição traz a notícia de uma manifestação feita por 700 pessoas que exigia a entrega de passaporte do ministro inglês. O *Actualidade* também faz críticas a maneira que Christie se expressa, o que segundo o jornal mostra falta de cortesia e de domínio da língua.

O *Diario do Rio de Janeiro* publicou que Christie procedia com violência e má fé, com infantil inconseqüência. O impresso, mostrando que o foco das críticas era apenas ao

⁹¹CHRISTIE, William. Opcit

⁹² Entre os muitos políticos pode-se destacar Torres Homem e Pedro de Calasans no *Constitucional* e Teófilo Otoni no *Actualidade*

ministro inglês, fez questão de destacar que Christie não merecia o “beneplácito dos eminentes estadistas da grã Bretanha”⁹³

O *Correio Mercantil* do primeiro dia do ano acusa Christie e o Almirante Warren de usarem de pretextos para arrancar do Brasil um novo tratado comercial. Um pouco diferente de outros jornais, o *Correio Mercantil* não parecia, pelo menos em um primeiro momento, disposto a colocar em Christie toda a culpa pelo conflito. Ao contrário, o jornal relembra o Aberdeen Act, como “atentorio para um povo que se diz o protetor das nações livres.”⁹⁴

O Constitucional segue linha parecida a maior parte dos jornais. Apresenta Christie como alguém isolado diplomaticamente, até mesmo dos seus concidadãos que habitam a cidade do rio de Janeiro. O impresso defende que Christie quer se “celebrizar” à custa do império brasileiro, e “o fará, se assim o deixarem”.⁹⁵

Christie em si, não se sentia seguro pelas ruas do Rio de Janeiro. Apesar do *Actualidade* declarar a prepotência do embaixador ao andar pelas ruas de Botafogo sem nenhum constrangimento⁹⁶, Christie temia por sua vida, ao se tomar por verdade o que escrevia em suas cartas para Lorde Russel e o Foreign Office. Dizia que ameaças contra sua vida eram comuns e que um ataque a casa onde funciona o consulado era possível, já que o local havia sido cercado por uma multidão ameaçadora.⁹⁷ Em carta a Lord Russel, deixou claro que considerava provável um represália contra sua casa e não considerava que os guardas brasileiros em sua porta fossem garantir sua segurança.

Um panfleto assinado por “um brasileiro” mostra, como menos amarra que um impresso, o desejo de vingança de alguns. O texto pergunta se Christie "autor de toda nossa vergonha e humilhação, não se acha no interior desta mesma cidade e não passeia sobranceiro e tranquilo por onde quer?"

⁹³ Diário 05-01-63

⁹⁴ *Correio Mercantil* 04-01-63

⁹⁵ *O Constitucional* 09-01-63

⁹⁶ *Actualidade* 07-01-63

⁹⁷ As notícias sobre as represálias iminentes causaram grande tumulto na cidade. Fizeram-se discursos na Bolsa de Mercadorias. Christie recebeu notas ameaçadoras, o Governo Brasileiro colocou guardas na sua residência, e ele temia sair à rua. Ao se saber das primeiras represálias a comoção foi ainda maior. In. GRAHAM, Richard. Os fundamentos da ruptura das relações diplomáticas entre Brasil e Grã Bretanha em 1863. Revista da Usp. 1973

Percebe-se uma mudança no tom de Christie. Christie escreveu a Abrantes que estava pronto, “a considerar qualquer proposta razoável como, por exemplo, entregar-se todas as questões em disputa a um árbitro imparcial” O abrandamento do discurso de embaixador inglês torna-se claro. Seja por ter notado que a situação saiu de controle ou apenas por estratégia argumentativa, Christie tornou-se mais ameno nas palavras e exigências. A sugestão de arbitramento por um terceiro imparcial, feita logo após o bloqueio do porto do Rio de Janeiro, não havia sido feita nas longas cartas trocadas em dezembro entre ele e o governo brasileiro.

Quando Stromboli, navio que participou do apresamento, retornou ao porto do Rio de Janeiro no dia 4 de janeiro de 1863 trazendo a tripulação e os passageiros dos barcos aprisionados, a chance de um conflito foi grande, pois dezenas de pessoas esperavam o desembarque e o desfecho da crise ainda não estava certo. No mesmo dia 4, a multidão se reuniu no paço imperial, dando vivas ao Imperador e protestando contra as ações inglesas.⁹⁸

Ainda no dia 3 de janeiro, reuniram-se para traçar uma nota que fosse aceitável para ambas as partes. Christie tinha boas relações com o barão de Mauá e relações cordiais com Abrantes e provavelmente o clima hostil convenceu o inglês da importância de um rápido desfecho. O secretário particular de Abrantes e Christie trabalhou na elaboração de um memorando que serviu como minuta de um acordo. O Brasil concordou pagar sob protesto o que o Governo Inglês exigia no caso do Prince of Wales e escolheu levar assunto Forte ao arbitramento. O Governo Inglês estava livre de aceitar ou rejeitar o que seu representante e os brasileiros elaborassem.

Algumas estratégias argumentativas existentes desde o antigo regimes foram usadas nesse conflito. Como a figura do soberano era considerada sagrada e inviolável, uma das maneiras menos arriscadas de criticar o governo era direcionar os erros de administração a ministros e conselheiros, que muitas vezes enganavam ou não obedeciam às ordens do sempre competente e honesto mandatário. Mesmo em momentos de grande excitação política, como no contexto da independência, da abdicação ou de revoltas, principalmente no período regencial, a figura do imperador foi preservada, com exceções pontuais. Obviamente, essa blindagem foi enfraquecida no

⁹⁸ Actualidade 07-01-63

decorrer do segundo reinado com a crescente força do republicanismo e com crise política no parlamento, mas ainda era suficientemente forte em 1863.

A maneira encontrada pela maior parte da imprensa fluminense para criticar as decisões da coroa britânica foi direcionar as causas do conflito a figura de William Dougal Christie. Sem diminuir a importância do embaixador inglês no contexto, tal manobra, a de personificar o inimigo na figura de um homem, mostra a total consciência da imprensa fluminense da disparidade de forças entre os dois impérios e uma tentativa de não piorar a situação brasileira perante a força bélica britânica.

Não se pode ignorar, entretanto, que os primeiros dias após o aprisionamento dos navios, os jornais foram bastante virulentos em relação a Inglaterra. Talvez o momento tenha descortinado uma já conhecida anglofobia, que segundo Graham era uma característica herdada dos colonizadores portugueses. O *Diario* do dia 3 afirma não ter muita esperança que o governo britânico reprove a conduta de Christie. Apesar de tal opinião demonstrar que o jornal considerava que o diplomata inglês tenha agido por conta própria, a folha deixa claro o descontentamento pela maneira que a Inglaterra trata os países menos poderosos.

O *Actualidade* vai ainda mais longe. Não obstante de tecer pesadas críticas ao ministro pleno inglês, o jornal considera um erro jogar toda a responsabilidade sobre seus ombros. “Pura ilusão! A violência que sofremos já estava há tempos sendo meditada nos conselhos da Inglaterra. A intervenção francesa no México... fizeram ciúmes a Grã Bretanha.”

O *Actualidade* projeta até mesmo uma possível guerra, pois em um prognóstico sombrio, não acreditava que a intenção inglesa era pacífica. Para o jornal, a única maneira da Inglaterra atacar o país era pela guerra do mar, pois o desembarque seria prontamente combatido pela população do Rio, Salvador ou Recife. O jornal também invoca o ano de 1810, ano que os ingleses não conseguiram dobrar os argentinos. O jornal chega a propor a mudança temporária da capital para o interior do país, além de afirmar a importância de se conservar as plantações de café do Vale do Paraíba. O jornal buscava obviamente, dar confiança a sociedade da corte, acabando o texto com a corajosa afirmação “Os ingleses não de perder mais que nós nessa luta. Viva a dignidade nacional!”

A edição de 5 de janeiro é ainda mais raivosa. Chama a Inglaterra de nação de mercadores, e consideram antigos governos brasileiros, provavelmente os conservadores, como traidores da pátria por se sujeitarem a um país sem generosidade.

Mas mesmo o *Actualidade* não se furtou em dar a Christie um grande destaque, principalmente com o decorrer da questão, deixando acusações contra o governo inglês em um segundo plano. A partir da edição de 6 de janeiro, data que a guerra já parecia menos provável, o diplomata se tornou o centro das atenções. Além de contar histórias sobre o passado do inglês, o jornal ironicamente informa que o quarto que serviu de moradia para o diplomata havia sido anteriormente de um ministro prussiano que havia enlouquecido e transferido para um hospício “Será esse o futuro de Christie?”⁹⁹

O caminho escolhido foi retratar o embaixador inglês como alguém fora da realidade, com uma gana desenfreada por poder e conhecimento. Curiosamente, alguns adjetivos usados pelo próprio Christie para explicar os problemas brasileiros, são usados pelos impressos para acusa-lo de ser pouco civilizado, pelo seu passado como diplomata na América Central.¹⁰⁰

Além dos jornais anteriormente citados, O *Semana ilustrada*, periódico com grande vendagem dentro da corte, também mergulhou no conflito anglo brasileiro. O impresso, que era produzido em oito folhas pequenas, possuía como diferencial as criativas ilustrações que reproduziam os acontecimentos da semana. Assim *A semana ilustrada* nas primeiras semanas do ano de 1863 deu bastante atenção a figura de Christie e a “covardia” britânica

A edição de 4 de janeiro contém um desenho que representa a desigualdade de forças entre os países. A figura apresenta à esquerda um jovem índio, representando a nação brasileira, portando arco e flecha, enfrentando, à direita, um militar inglês, portando dois canhões, mostrando documento, com inscrição: “Ultimatum”. Ao mesmo tempo, mostra a coragem brasileira e uma legenda que procura fortalecer o Brasil e intensificar possíveis perdas comerciais inglesas

Mister John tome cuidado

Não me faça aqui banzé –

⁹⁹ Actualidade 060163

¹⁰⁰ MENDONÇA, Renato. Opcit

Já ficou sem algodão

Agora fica sem o café –

Na edição 111, de 25 de janeiro, é publicada uma imagem de um marinheiro inglês, possivelmente o próprio Christie com um pé na Europa e um pé no Brasil. Segundo Angela Teles, na charge em questão se destacam.

“no primeiro plano, perna estendida de marinheiro inglês, com diminutas flechas, sobre território brasileiro. O marinheiro inglês está representado por uma figura híbrida, corpo humano e cabeça de leão, animal emblemático de identidade da nação britânica. As flechas, por sua vez, simbolizam a nação brasileira, armas dos índios, que representados em proporções diminutas em relação á gigantesca figura leonina, representativa da nação britânica, que foi atingida ao ousar estender o seu domínio aquele território do outro lado do Atlântico, habitado por valentes guerreiros.”¹⁰¹

A diferença de tamanho , entre as pequenas flechas e o gigante inglês, novamente simboliza a disparidade de forças entre os dois países. E mais uma vez , destaca a coragem dos brasileiros que enfrentam um inimigo mais poderoso. A charge possui uma legenda que procura ressaltar essa coragem e a ganância inglesa.

In illo tempore dixit [Naquele tempo disse] Christie os seus patrícios: Desejando dar-vos que comer, eu estendi uma perna desde a Inglaterra até o Brasil, onde consegui pôr o pé: mas Infelizmente uma chuva de flechas lançadas pelos caboclos Me fizeram mais que depressa desocupar o ponto.¹⁰²

Os jornais, ou pelo menos os mais conhecidos, possuíam dono ou donos conhecidos do público o que pode explicar a maneira cautelosa, principalmente em um primeiro momento que os impressos tratavam o conflito. Os panfletos, por sua vez, possuíam a segurança do anonimato do seu autor, o que os possibilitava ser mais virulentos e difamatórios sem o temor de represálias de qualquer tipo.

O perfil dos donos e editores dos principais jornais da década de 1860, pode ser traçado em linhas gerais como um grupo heterogêneo, tanto político quanto socialmente. O editor do *Constitucional* por exemplo, Pedro Calasans era um membro do partido conservador e filho de um fazendeiro nordestino enquanto Francisco Otaviano que escreveu tanto para o *Jornal do Commercio* como para o liberal *Correio Mercantil* poderia ser considerado um membro das chamadas classe medias urbanas, tendo nascido no Rio de Janeiro, filho de um médico. Da mesma maneira que Marco Morel em *As transformações do espaço público* considerou o uso do termo elite como

¹⁰¹ TELLES, Angela. *Desenhando a nação. Revistas ilustrada no Rio de Janeiro e Buenos Aires nas décadas de 1860-1870*. Brasília: Funag, 2010

¹⁰² *Semana ilustrada* 07-01-63

impreciso ao se tratar dos envolvidos com os impressos em 1820 e 1840, não existem indícios de homogeneização no panorama da década de 1860, pelo menos entre os editores dos jornais estudados.

As divergências políticas, entretanto, não são claramente vistas nos diferentes impressos nos primeiros dias do ano de 1863. Todos os jornais pesquisados, tanto os liberais quanto os conservadores pediam a união de todos os brasileiros e elogiavam a postura do império perante a agressão britânica

O *Diario* de três de janeiro, elogia o comportamento da monarquia brasileira. “A atitude franca e enérgica tomada pelo governo brasileiro tem satisfeito até agora os brios nacionais.” Dois dias depois em um texto patriótico, anti-britânico e conclamando o povo brasileiro a se preparar para a guerra, independente da “cor ou política” o jornal pede ao governo que não esmoreça e continue defendendo o Império. No dia 6, o impresso conclama que da mesma maneira “que o imperador e seu governo podem contar com a força do povo, o povo pode contar com o seu monarca”.

Em nenhum dos jornais estudados, foi encontrado alguma notícia sobre ataques a ingleses residentes na Corte. Houve no máximo, notícias sobre um plano de boicote de produtos ingleses e recusa de papeis britânicos nos bancos brasileiros.¹⁰³ Ao contrário, os jornais eram unânimes em mostrar a civilidade e bondade do povo brasileiro que respondia com cordialidade a vil agressão de Christie, ao não agredir e nem deprestar posses dos comerciantes ingleses, abundantes na cidade.¹⁰⁴

A não existência de casos documentados em jornais de agressões e brigas entre brasileiros e ingleses, que contraria boa parte da historiografia sobre o assunto¹⁰⁵, pode ser explicado de algumas maneiras. A mais óbvia, é que os casos não foram documentados porque eles realmente não aconteceram. Nesse caso, haveria um exagero historiográfico em que as passeatas e discursos contra a Inglaterra foram confundidos com ataques e agressões. Com a exceção óbvia de Mr Christie, considerada *persona non grata*, os outros súditos de sua majestade não teriam dito maiores problemas com o clima tenso entre os governos dos dois países.

¹⁰³ *Correio Mercantil* 07-01-63

¹⁰⁴ *Idem*

¹⁰⁵ Obras de Sergio Buarque de Holanda e Renato Mendonça por exemplo, citam brigas e ofensas contra ingleses durante o bloqueio do porto.

A opinião de alguns comerciantes ingleses, presentes nas páginas dos jornais, corrobora essa visão. A opinião desses ingleses eram que o diplomata inglês havia agido com irresponsabilidade e não recebia nenhum apoio de outros ingleses moradores da cidade do Rio de Janeiro¹⁰⁶. O próprio Christie confirma tal posição ao afirmar no *Notes about the Brazilian Question* que não havia motivos plausíveis para que os negociantes terem se alinhado ao Brasil e de esnobarem a “proteção”

“English merchants in Brazil need the strong arm of their government to protect them. None know better than the traders of Manchester and Liverpool, or at any rate than their agents and correspondents in Brazil, that fear is the only effectual security for justice, and that the British navy is the right arm of British merchants”¹⁰⁷

Entretanto, cartas trocadas por membros do alto escalão do governo brasileiro, tornam importante o questionamento sobre essa suposta paz. Cansação de Sinimbu, ao escrever para o “compadre” e representante brasileiro em Londres, Carvalho Moreira, apresenta um ambiente menos pacífico em comparação com as notícias dos maiores impressos fluminenses¹⁰⁸.

A imagem de um povo civilizado, com cultura e que enfrenta as dificuldades sempre com honra e dignidade foi perseguida pela imprensa desde a época da independência¹⁰⁹. Tal imagem era reforçada para se contrapor a de uma sociedade atrasada, no meio da salva, baseada na escravidão. Tal civilidade contrastaria com a agressividade desmedida britânica, e ainda um reforço na ideia que o inimigo não era todo e qualquer inglês, e sim William Dougal Christie

Christie considera-se vítima de um complô, praticado por Sinimbu com a ajuda de Ottoni e Saldanha Marinho do *Diario do Rio de Janeiro*. Tal complô, era uma surpresa para Christie, pois teria sido produzido por adversários políticos. O plano era apresentar o desfecho da questão como uma vitória brasileira e uma derrota humilhante da Inglaterra e de Christie

¹⁰⁶*Diario do Rio de Janeiro* 08-01-63

¹⁰⁷ “Os comerciantes ingleses no Brasil precisam do braço forte do seu governo para protegê-los . Ninguém sabe melhor do que os comerciantes de Manchester e Liverpool, ,com seus agentes e correspondentes no Brasil, que o medo é a única segurança efetiva para a justiça , e que a marinha britânica é o braço direito dos comerciantes britânicos”Tradução nossa in CHRISTIE,William. Opcitpag 100

¹⁰⁸SINIMBU,C (Carta) 8 de abril de 1863.para MOREIRA.C.Londres.

¹⁰⁹ Ver NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais , a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

Segundo Christie, Mr Hollocombe, o cônsul inglês foi até ele no dia 7 de janeiro, relatando um aumento da hostilidade brasileira contra súditos da rainha. Houve ameaças e xingamentos a comerciantes e principalmente a empregados do consulado. O acirramento de ânimos seria, segundo o diplomata britânico, culpa de Sinimbu, que teria inflado o ego dos brasileiros.

Na versão de Christie, a solução dos problemas foi fornecida por ele, em conversa com o Marques de Abrantes, com a exigência de uma mudança nos textos dos jornais, publicação de notas ausentes e da modificação da imagem da Inglaterra como derrotada, algo supostamente aceito prontamente pelo Ministro, que também estaria indignado.

Essa indignação não parecia tão veementes na nota do dia 6 de janeiro. Nela, Abrantes apenas contemporiza o uso de algumas expressões do diário oficial, que foram alvos de reclamação de Christie. Na nota, o ministro do estrangeiro diz ser impossível frear palavras mais fortes em uma situação tão tensa. O marquês, pelo menos nas cartas, não relata nenhuma omissão de correspondência publicadas nos jornais,

Mesmo com o aparente controle da crise, ficou claro que Mr Christie não era mais um convidado desejado em terras brasileiras. A pressão popular, mesmo com a dúvida sobre a veracidade das ameaças de morte, aliada com a discordância do governo brasileiro de receber oficialmente o diplomata, fizeram Christie partir em direção a Londres, temendo por sua segurança. Em carta o ministro diz

“Durante esse período os jornais estiveram ocupados tentando instalar a ideia que o procedimento veio de mim pessoalmente, inventando que o governo de sua majestade era contra a ação. O diário oficial também usava essa linguagem. Houve uma excitação geral contra mim, fui ameaçado de morte”¹¹⁰

Sua partida não parece ter sido divulgada com antecedência por motivos de segurança. A precaução parece ter sido uma boa ideia, ao pensar que provavelmente um comitê de despedida não seria para lhe desejar boa viagem.

A *Semana ilustrada*, parece demonstrar o sentimento da sociedade fluminense perante Christie. Durante todo o conflito, o jornal de Fleuss não se furta em ironizar a figura do diplomata britânico. Durante todo o conflito, o impresso fez questão de fazer várias

¹¹⁰CHRISTIE, William, opcit. p 42

insinuações sobre um suposto alcoolismo de Christie. Várias ilustrações foram publicadas com a figura de Christie bebendo ou mesmo bêbado.¹¹¹

A partida de Christie também foi comemorada pelo jornal. A edição 114, do dia de 25 fevereiro, mostra na capa a figura do Moleque, personagem usual do impresso, junto com outros garotos negros, acenando lenços brancos para um barco que se afastava da Bahia de Guanabara. No Navio, com a bandeira inglesa, encontra-se Christie, indo embora de vez das terras fluminenses. Na legenda, o português é misturado com kimbundu e umbundu, línguas africanas do grupo banto, que pareciam ser conhecidas nas ruas do Rio de Janeiro.

Vai-se embora enfadadinho

Sem um adeus me dizer

As saudades que me deixa

Por dez réis posso vender

Uê Cambeta Uarave

Caravêwaringá

Lord Cristi com cerveja

Vai batata cúria.

3.2 Fim das relações diplomáticas

A situação de Christie em seu país de origem também não era confortável. A oposição ao governo de Lord Russell e de Palmerston membros do partido Whig¹¹², era bastante grande e o caso brasileiro foi usado para criticar a diplomacia do governo. A partir de fevereiro, após as notícias que chegavam do Brasil tornarem-se mais concretas, alguns parlamentares da oposição criticaram veementemente a conduta do embaixador.

Havia a impressão entre alguns políticos ingleses que a questão anglo brasileira havia sido mal conduzida e um país que havia sido um leal e subserviente aliado pela maioria

¹¹¹ *Semana Ilustrada* 04-02-63

¹¹² Partido inglês criado em 1678 com orientação liberal.

da primeira metade do século XIX havia se tornado um país hostil, pelos menos em termos diplomáticos, com poucas chances de penetração da política britânica.

No jornal *The Morning Herald*, Robert Cecil criticou as represálias como dependendo de "acusações baseadas em bagatelas testemunhadas por um cônsul louco e três marinheiros bêbedos" e "a abertura de algumas caixas lançadas ao litoral por um naufrágio"¹¹³ A frase foi transcrita em todos os jornais da corte, como uma prova da vilania do embaixador, atestado até pela própria imprensa britânica. Christie em suas cartas publicadas em Outubro de 1864 no jornal *Daily News* e depois transcritas em seu livro ¹¹⁴acusou Mr Clark, um correspondente do *Jornal do Commercio* e que também escrevia no *Daily News*, de ser um agente do governo brasileiro e de deturpar os fatos referentes a questão anglo brasileira

Clark realmente escreveu sobre a questão sob a alcunha de "um amigo dos dois países" e era realmente simpático ao governo imperial brasileiro. Em seus textos, Clark deixava clara sua opinião sobre a total culpa de Christie nos episódios do conflito e sobre a incompetência da legação inglesa na corte brasileira, que havia perdido muito da influência secular britânica.

O *Diario do Rio de Janeiro* faz uma lista de jornais britânicos que escreveram contra as ações de Christie. Além do *Herald*, foram citados o *The Examiner*, *The Standart*, *The Daily Telegraph*, *The morning star* entre outros. Apenas o *Times*, apresentado como um "jornal de gabinete" foi citado como um impresso que aprovou a ação do diplomata.

O mês de janeiro também viu uma estranha unidade entre a imprensa liberal e conservadora. O *Diario* e o *Actualidade* citaram o *Constitucional* para se defenderem da acusação de Christie sobre uma pressão do partido liberal contra sua pessoa. O *Diario* do dia 27 de janeiro, afirma que a posição da imprensa fluminense é unânime e cita artigos do *Constitucional* como provas.

A atuação de Christie sofreu críticas no parlamento. Tanto o *Correio Mercantil* quanto o *Diario*, citaram as palavras de Lord Derby sobre o procedimento injusto e sem exemplo de Mr Christie"¹¹⁵. O conde Malmesbury foi além e criticou a falta de tato de Lorde

¹¹³ Discurso de Rober Cecil, Câmara dos Comuns, 6 de março de 1863

¹¹⁴ As cartas publicas entre o dia 2 e 5, tornaram-se o livro *Notes about the brazilian questions*

¹¹⁵ Diário 200363

Russell.¹¹⁶ A complicada situação do diplomata britânico fez o primeiro ministro ter que defender seu aliado na tribuna do parlamento. O discurso de Russell é transcrito no “Notes about the brazilian question”

It is a well-known practice in countries which are in that peculiar state of progress in which Brazil happens at the present moment to find itself, that, when their injustice or misconduct obliges a foreign government to use compulsion in order to obtain the redress which has been denied to friendly representations, they endeavour to take their revenge by pouring forth every sort of calumny on the agent who has been the instrument of wathe government using these means¹¹⁷

Enquanto se esperava a decisão do rei belga, o governo brasileiro procurava “assegurar a honra nacional”, usando como porta voz principal o ministro brasileiro em Londres, Carvalho Moreira, o barão de Penedo”. Autorizado pelo imperador brasileiro, Carvalho dirigiu uma carta para o governo inglês com pedidos de retratação e indenização.

“ Finalmente, pondo à disposição de S. M Britânica a soma de 3.200 libras pelo naufrágio do Prince of Walles, o abaixo assinado declara em nome de seu governo que este pagamento feito deste modo ao governo inglês, é consequência das violências e legalidades cometidas contra os navios brasileiros nas próprias águas do império, e simples resultado da força, sem implicar, de modo algum a admissão de direito ou de injustiça do lado do governo inglês. O abaixo assinado, fazendo este protesto perante o governo de sua majestade Britânica para seus legítimos efeitos, reserva o direito de pedir, em nome do seu governo satisfação pela violação da soberania territorial, por terem sido capturados e detidos, nas próprias águas do império, por navios de guerra da marinha inglesa, cinco navios de propriedade de brasileiros, a título de represálias, e também reserva o direito de pedir uma indenização pelas perdas resultantes desta captura.¹¹⁸

Lord Russel e o Foreign Office não consideraram pertinentes os pedidos de indenização ou de desculpa. Em uma carta branda, Lord Russel sustentou que nenhuma ação inglesa quebrou o estado de paz que os países se encontravam e não houve qualquer tentativa de se desonrar a dignidade brasileira.

A negativa dos pedidos de Carvalho Moreira não foi bem recebida em São Cristovão. Mesmo com a delicada situação diplomática é coerente afirmar que a imagem do imperador saiu-se fortalecida do episódio. O sequestro de navios brasileiros e o embate contra um inimigo mais forte, fizeram aflorar o nacionalismo e maximizaram a

¹¹⁶ Diario200763

¹¹⁷“É uma prática bem conhecida em países que estão nesse estado peculiar de progresso em que o Brasil se encontra, quando sua injustiça ou má conduta obriga um governo estrangeiro a usar compulsão , a fim de obter a reparação que foi negada a representações amigáveis , o esforço para se vingar derramando todo tipo de calúnia sobre o agente que tem sido o instrumento do nosso governo para a reparação”(tradução nossa)

¹¹⁸ MENDONÇA, Renato.op cit.

importância de símbolos patrióticos, entre eles a figura do líder do país. Dom Pedro II foi elogiado por sua presença física junto ao povo, que o saudou cada vez que ele foi a público discursar sobre a honra nacional.

O *Correio Mercantil* de 6 de janeiro afirma que D. Pedro encaminhou-se ao paço onde se encontrava uma multidão protestando contra os ataques e ingleses. O imperador chegou ao paço de tarde e ficou até altas horas da madrugada¹¹⁹ e recebeu enorme apoio popular ao afirmar que como brasileiro também sentia a profunda violência provocada pelos ingleses e que defenderia a honra nacional.

Salvaguardar a honra nacional parece ter sido o objetivo mirado pela imprensa fluminense durante todo o conflito. A anteriormente citada *Semana Ilustrada*, talvez tenha sido o impresso que mais explicitou essa bandeira.

É possível que esse aumento de popularidade tenha dado força as medidas enérgicas que o Imperador tomou em maio de 1863. Com a carta de Lord Russell, ficava claro que a Inglaterra não pretendia retratar-se sobre os acontecimentos de janeiro. Com isso, partiu a ordem para que Carvalho Moreira pedisse seus passaportes. Tal medida significava na prática um corte na relação diplomática dos dois países. E como ordenado Carvalho Moreira comunicou a decisão do governo de seu país

(...) Na situação em que esta recusa o coloca, não lhe resta outra alternativa senão, obedecendo ás ordens de Sua Majestade o Imperador, declarar ao muito honrado conde Russel que o governo imperial, não podendo sujeitar-se ao peso de uma ofensa irreparável, cede á necessidade de interromper suas relações com o Governo de Sua Majestade Britannica; pelo que tem a honra o abaixo assignado de informar a S. Ex. que cessão também desde agora as suas funções officiaes, e pede-lhe que queira ter a bondade de mandar-lhe os competentes passaportes para si, para a sua família e para o pessoal de sua legação (...)"¹²⁰

O então futuro Barão de Penedo, recebeu seu passaporte as dez da noite do dia 28 de maio e segundo boa parte dos jornais fluminense, partiu de Londres recebendo honrarias e despedidas efusivas de diplomatas de diversos países e de políticos ingleses pesarosos pelo desfecho pouco amigável das relações entre os dois países. Renato Mendonça afirma que Moreira recebeu uma carta de Lord Derby que começa com as palavras

¹¹⁹ *Correio* 06-01-63

¹²⁰ Nota de Carvalho Moreira para Lord Russell in. MENDONÇA. Renato. op cit

“Regret extremely” , além de ter sido elogiado no parlamento por Lord Palmerston ,o que corrobora com a ideia apresentada pelos impressos sobre a boa relação do ministro brasileiro com políticos ingleses.

A decisão do rei da Bélgica não era vista com muito otimismo pela imprensa brasileira. Todos os grandes jornais da Corte citaram os laços de parentesco que envolviam as coroas belga e inglesa, além da aliança entre os dois países no conflito que envolvia a Grécia.¹²¹

A posição de Leopoldo I, favorável ao Brasil, parece ter sido uma agradável surpresa para a Corte brasileira. O *Diario* de 20 de julho transcreve o parecer do rei. A notícia foi comunicada ao Visconde de Cabo Frio, enviado brasileiro em Bruxelas, no dia 21 de junho e pela dificuldade de comunicação, espalhou-se pela cidade apenas em meados de julho. Leopoldo afirmava que “na maneira que as leis brasileiras foram aplicadas aos oficiais ingleses, não houve pretensão de ofensa e nem ofensa a marinha britânica”

A decisão foi bastante comemorada e não somente na capital do Império pois festas e desfiles de bandas nas ruas da província da Bahia foram noticiadas.¹²²O governo imperial fortalecido era elogiado principalmente pela imprensa liberal e progressista, que não se esquecia dos ilustres políticos de suas fileiras que formavam o brioso ministério que havia salvaguardado a honra nacional.

O Diario do Rio de Janeiro, o correio mercantil , o Actualidade e o constitucional foram unânimes em considerar o Brasil pouco preparado para um confronto bélico. Durante a primeira semana de janeiro e mesmo nos meses posteriores, a imprensa clamou por um maior gasto público em material bélico, principalmente nas fortificações da Corte. A facilidade que a esquadra inglesa teve ao “sequestrar” os navios brasileiros, mostrou a precariedade das defesas brasileiras. O *Constitucional*, afirma que todos os fortes da cidade do Rio de Janeiro, contavam apenas com 4 canhões utilizáveis.¹²³A questão Christie aqueceu o debate sobre a importância do fortalecimento da área militar, que iria ser concretizada durante a guerra do Paraguai que começaria em 1865.

¹²¹ O rei Leopoldo da Bélgica era tio materno da rainha Vitória e ambos os países estavam no mesmo lado do conflito sobre a sucessão do governo grego.

¹²² *Actualidade* 30-07-63

¹²³ *Constitucional* 12-01-63

Conclusão

Os impressos fluminenses foram importantes atores no desenrolar do embate anglo brasileiro. Com a evolução da pesquisa, tornou-se claro que a ideia de um único conflito que foi crescendo pelos casos de Prince of Walles e do Forte e teve seu auge com o bloqueio do porto do Rio de Janeiro, não deve ser plenamente aceita, pelo menos ao se levar em consideração a ausência de importância que os primeiros acontecimentos tiveram para maioria da sociedade da corte na época.

Os jornais não repercutiram os casos de Prince of Walles e do Forte quando ambos aconteceram. A importância dada pela historiografia para tais acontecimentos nasceu da tentativa dos impressos da época de tentarem explicar o bloqueio do porto. A divulgação da possibilidade de um conflito, apareceu pela primeira vez nos jornais apenas no dia 31 de dezembro de 1862. As tensas conversações entre Christie e o ministério do estrangeiro brasileiro foram divulgadas apenas em janeiro do ano seguinte, demonstrando que o perigo de um conflito que poderia ser bélico, não estava no horizonte dos habitantes da Corte.

O naufrágio e a prisão dos oficiais ingleses só foram amplamente divulgados nos jornais em janeiro, após a publicação do ultimato de Christie, que os citava como episódios que o governo brasileiro havia falhado e deveria receber a responsabilidade. Os jornais pareciam surpresos com a atitude de Christie e em geral acusaram o inglês de usar ações corriqueiras para tentar arrancar o respeito e a subserviência do império brasileiro para que novos tratados comerciais fossem travados.

Um trabalho futuro, com o uso de ainda mais fontes como panfletos e cartas pessoais de membros do governo, poderá corroborar com a tese que o embate pegou de surpresa até mesmo o governo brasileiro. Mesmo com a intensa correspondência entre Christie e o Império brasileiro e principalmente com o ultimato, o governo brasileiro não se portou como um país que espera um ataque, movimentando marinheiro apenas na véspera da movimentação da esquadra de Warren.

Mais importantes que as intenções de Christie e a ciência de uma possibilidade de conflito pelo governo brasileiro, foram as consequências que a questão Christie trouxe para o Brasil. Jornais conservadores e liberais por algumas semanas esqueceram as divergências políticas e pelo menos nos primeiros momentos do conflito, uniram-se sob

figura do imperador para defender a honra nacional, considerada violada pela grande potencia

Menos de cinquenta anos após a independência, o país buscava a construção de uma identidade nacional e uma batalha contra um adversário poderoso e temido foi um bom cenário para o florescimento de um nacionalismo mais atuante e de um país mais unido e centralizado. Monica Telles escreve sobre a atuação da *Semana Ilustrada* no episódio diplomático entre o Brasil e a Grã-Bretanha e entende que houve uma elaboração simbólica, em que se percebe um processo de construção de uma nacionalidade em contraposição a uma outra., Enquanto os ingleses são representados como superiores e ameaçadores, no lado brasileiro são colocadas a coragem, audácia, honra e engenhosidade.

O reatamento com ocorreu em 23 de setembro de 1865, em meio (literalmente) à Guerra do Paraguai, quando Edward Thornton apresentou a D. Pedro II, em Uruguaiana, a declaração solene do governo britânico de que não teria havido a intenção de “ofender a dignidade do Império do Brasil” em 1863. Durante a fase de rompimento, os vínculos econômicos entre os dois países não sofreram interrupção e o Brasil chegou a obter dois empréstimos em Londres por intermédio do banqueiro Rothschild

Em suma , o cerceamento do porto e o apresamento dos navios do brasileiros foram as causas da maior crise diplomática de todo o império. Apesar de não ter causado um conflito armado, o embate causou grande comoção pelas ruas da Corte, alavancou discussões sobre fortalecimento do exército e ampliou um sentimento patriótico , tão importante em um país que durante todo o Império buscou a centralização de um território tão diversificado e grande. A anglofobia da imprensa, mais que um ataque aos ingleses, foi um mecanismo que ascendeu o espírito de orgulho nacional.

Referências Bibliográficas

ALVES, Francisco das Neves. Autonomia X dependência – o Brasil no quadro das relações internacionais: estudo de três tratados. In: ALVES, F. N. (org.). Brasil 2000 – quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas. Rio Grande: FURG

BANDEIRA, Moniz. O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai – da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. 3ª edição. – Rio de Janeiro: Revan, 1998

_____. Brasil- Estados Unidos. Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história. 2. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.

BASILE, Marcelo. O. N. C. . Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). In: Lúcia Maria Bastos P. das Neves; Marco Morel; e Tânia Maria Bessone da C. Ferreira. (Org.). História da imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

_____. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos In. Anais do I Seminário Internacional do SEO. Vitória, 2014

BETHELL, Leslie & CARVALHO, José Murilo de. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos: correspondência, 1880-1905. vol.23. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2002

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem/Teatro das sombras. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

_____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura em Topoinumero 1, Rio de Janeiro, 7letras, 2000.

CERVO, Amado Luiz. O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981

CHRISTIE, William Dougal. Notes on brazilian questions. London, Macmillian and Co. 1865

GRAHAM, Richard. Os fundamentos da ruptura das relações diplomáticas entre Brasil e Grã Bretanha em 1863. Revista da Usp. 1973

_____. Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973

HABERMAS, Jürgen - Mudança Estrutural na Esfera Pública. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1984

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulos de História do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MANCHESTER, Alan K. Preeminência inglesa no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973

POCOCK, J. Linguagens do ideário político. São Paulo: EDUSP, 2003

RODRIGUES, José Honório. Independência: revolução e contra-revolução – a política internacional. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975

RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: RelumeDumará / Faperj, 2002.

TELLES, Angela. Desenhando a nação. Revistas ilustrada no Rio de Janeiro e Buenos Aires nas décadas de 1860-1870. Brasília: Funag, 2010.

WRIGHT, Antônia F. P. de Almeida. Desafio americano à preponderância britânica no Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1978